



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 07/2026

OBJETO	Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar-condicionado, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e insumos, e serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas , parte integrante do Edital.
---------------	--

PROCESSO	CRITÉRIO DE JULGAMENTO	LICITAÇÃO N°	UASG
CMSP-PAD-2026/00184	MENOR PREÇO	07/2026	925109

Portal Nacional de Contratações Públicas, Diário Oficial da Cidade de São Paulo e Jornal de Grande Circulação em **30/04/2026**

ENDEREÇO ELETRÔNICO:	ENVIO DA PROPOSTA ELETRÔNICA:
www.gov.br/compras	A partir de 30/04/2026

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15/05/2026 às 11h (Horário de Brasília)

ME/EPP	VISTORIA	AMOSTRA/ PROVA DE CONCEITO
<input type="checkbox"/> EXCLUSIVIDADE <input type="checkbox"/> COTA <input checked="" type="checkbox"/> NÃO SE APLICA	<input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/> SIM (devendo ser agendada com a Equipe de Zeladoria (SGA.33) , através do e-mail: sga33@saopaulo.sp.leg.br e Tel.: (11) 3396-4270 ou (11) 3396- 5304.	<input type="checkbox"/> SIM (Vide item nº do Edital) <input checked="" type="checkbox"/> NÃO

INSTRUMENTO CONTRATUAL	FORMA DE ADJUDICAÇÃO
<input type="checkbox"/> NOTA DE EMPENHO <input checked="" type="checkbox"/> TERMO DE CONTRATO <input type="checkbox"/> ATA DE REGISTRO DE PREÇO <input type="checkbox"/> OUTRO INSTRUMENTO	<input checked="" type="checkbox"/> VALOR GLOBAL <input type="checkbox"/> VALOR TOTAL MENSAL <input type="checkbox"/> VALOR TOTAL ANUAL <input type="checkbox"/> VALOR TOTAL POR ITEM <input type="checkbox"/> VALOR TOTAL POR LOTE <input type="checkbox"/> VALOR UNITÁRIO

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Item 7 do Edital

PROPOSTAS

Item 4 do Edital e Anexo II - Modelo de Proposta de Preços e Declarações

IMPORTANTE:

Serão desclassificadas as propostas que deixarem de considerar os subitens previstos no item **4.3 do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**.

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS OU IMPUGNAÇÕES AO EDITAL (Item 12 do Edital)

Até três dias úteis antes da abertura da Sessão Pública, exclusivamente pelo e-mail: cjl@saopaulo.sp.leg.br.

Outras informações poderão ser obtidas no **Portal Transparência da CMSP**, através do endereço: <https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/> pelo e-mail: cjl@saopaulo.sp.leg.br ou pelo telefone: (11) 3396-3934 ou ainda no Portal Nacional de Contratações Públicas, através do endereço: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026	3
1. DO OBJETO.....	4
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	10
6. DA FASE DE JULGAMENTO.....	14
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO	17
8. DOS RECURSOS.....	23
9. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO	24
10. DA GARANTIA CONTRATUAL	25
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	26
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	27
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	27
ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	29
ANEXO ÚNICO DO TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.....	55
ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS E DECLARAÇÕES.....	63
ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO	68
ANEXO ÚNICO DO TERMO DE CONTRATO	85
ANEXO IV - MODELO DE PLANILHA DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA	86
ANEXO V - MODELO DE ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS	87



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**, mediante Pregoeiro designado pelo Secretário Geral Administrativo, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade **PREGÃO**, a ser realizada por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado “Sistema de Compras do Governo Federal”, com utilização de recursos de tecnologia da informação, denominada **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026**, pelo modo de disputa **ABERTO** e critério de julgamento **MENOR PREÇO**, objetivando a contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e insumos, e serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital, parte integrante deste Edital, que será processada e julgada em conformidade com Decreto nº 62.100/2022 c/c Ato CMSP no 1.564/2023; Leis Federais nº 14.133/2021 e suas alterações; Lei Complementar Federal nº 123/06, e suas alterações, Ato CMSP nº 1137/11, bem como pelas demais normas complementares e disposições deste instrumento.

I - As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos e serão encaminhadas por meio eletrônico, após o registro dos interessados em participar do certame e o credenciamento de seus representantes no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF.

II - A sessão pública de processamento do Pregão Eletrônico será realizada no endereço eletrônico www.gov.br/compras, no dia e hora mencionados no preâmbulo deste Edital e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe e indicados no sistema pela autoridade competente.

CONSTITUEM ANEXOS QUE INTEGRAM O PRESENTE EDITAL:

ANEXO I Termo de Referência - Especificações Técnicas e seu Anexo Único

ANEXO II Modelo de Proposta de Preços e Declarações

ANEXO II-A Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços

ANEXO II-B Modelo de Declaração de Apuração do Percentual Médio do PIS/COFINS

ANEXO II-C Modelo de Declaração de Representação Sindical

ANEXO III Minuta do Termo de Contrato

ANEXO ÚNICO Modelo de Termo de Compromisso de Desenquadramento do Simples Nacional

ANEXO IV Modelo de Planilha de Análise Econômico-Financeira

ANEXO V Modelo de Ordem de Início dos Serviços

Torna-se público que a **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO** (UASG: 925109), por meio da Comissão Permanente de Julgamento de Licitações, sediada no Viaduto Jacareí, 100 – Bela Vista - São Paulo/SP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e insumos, e serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar**, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

1.2. A licitação será realizada em único lote.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei no 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar no 123, de 2006.

2.6. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte não poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, visto que os serviços serão prestados com disponibilização de trabalhadores em dedicação exclusiva de mão de obra, o que configura cessão de mão de obra para fins tributários, conforme art. 17, inciso XII, da Lei Complementar no 123/2006.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

2.7. A microempresa ou empresa de pequeno porte CONTRATADA deverá comunicar sua exclusão à Receita Federal do Brasil, conforme previsto na Resolução CGSN - Comitê Gestor do Simples Nacional nº 140, de 22 de maio de 2018, até o último dia útil do mês subsequente ao da assinatura do Contrato, apresentando, no mesmo prazo, o comprovante da referida comunicação à gestão do contrato, sob pena de rescisão contratual.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.2. aquele que, pessoa física ou jurídica, mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Câmara Municipal de São Paulo ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.3. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.5. agente público da Câmara Municipal de São Paulo, ainda que indiretamente, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo;

2.8.6. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.8.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.8.8. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade **CONTRATANTE**, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.8.9. declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.8.10. enquadradas nas disposições do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

2.8.11. pessoas jurídicas condenadas por improbidade administrativa, quando a sentença judicial impuser proibição de contratar com o Poder Público

2.8.12. aquelas que, por qualquer outra razão, foram sancionadas com impedimento de licitar e contratar com Poder Público ou declaração de inidoneidade por força de lei.

2.9. A verificação de quaisquer situações relacionadas no item anterior pode ser realizada mediante consulta a portais na internet do Tribunal de Contas da União, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, do Cadastro Nacional de Empresas Punidas, entre outros.

2.10. O impedimento de que trata o item **2.8.1** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A vedação de que trata o item **2.8.5** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço (com duas casas decimais) ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

3.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa de que trata o art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.4.1. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

3.5. A falsidade das declarações de que tratam os itens **3.3** a **3.4** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.10. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item **3.9** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, do seguinte campo:

4.1.1. Valor anual.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5.1. As empresas do lucro real devem cotar os percentuais de PIS e COFINS que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), conforme modelo declaração constante no **ANEXO II-B do Edital**.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.8. Em decorrência de sua condição de empregadora, a **CONTRATADA**, além de arcar com todos os encargos, inclusive sociais, deverá, também, **cumprir integralmente** as obrigações decorrentes do estabelecido na Convenção Coletiva de Trabalho adotada.

4.8.1. A empresa deverá indicar, no **Anexo II – Modelo de Proposta de Preços e Declarações**, a Convenção Coletiva de Trabalho vigente, de cada categoria profissional, utilizada na formulação dos preços.

4.8.1.1. Deve também constar da proposta, declaração informando o enquadramento sindical do licitante, relacionando qual a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta, conforme consta no **Anexo II – Modelo de Proposta de Preços e Declarações**;

4.8.1.2. É de responsabilidade da empresa o ônus por qualquer erro no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumentos coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, devendo também constar da proposta declaração neste sentido, conforme consta no **Anexo II – Modelo de Proposta de Preços e Declarações**.

4.8.2. Deverá também integrar a proposta, declaração, emitida pelo respectivo sindicato da CCT adotada, de que os empregados pela licitante podem ser representados pela instituição, conforme **Anexo II – C - Modelo de Declaração de representação sindical**.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

4.8.3. Deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente no âmbito estadual, o que for maior.

4.8.4. Além dos encargos, inclusive sociais, todas as obrigações previstas no instrumento coletivo devem ser cumpridas e eventual inadimplência não implicará sua transferência à Administração.

4.8.5. Independentemente de previsão no instrumento coletivo, deverá ser garantido, ainda, o pagamento de vale-transporte, vale-refeição e uniforme.

4.8.6. Se houver previsão expressa na CCT adotada no sentido de que as categorias profissionais não listadas no acordo podem ser representadas pelo sindicato, porém os salários e benefícios adotados devem respeitar o acordo coletivo relacionada à categoria, a Comissão fará a devida análise com base nas CCT's que abrangem a categoria dos profissionais.

4.9. Eventual inadimplência de qualquer uma destas exigências, de nenhuma forma implicará em ônus do objeto do ajuste nem em transferência de responsabilidade para a **CONTRATANTE**.

4.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10.1. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido adjudicada e/ou homologada, esta fica automaticamente prorrogada por idêntico período, exceto se houver manifestação contrária formal da licitante, encaminhada por e-mail para cjl@saopaulo.sp.leg.br, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.

4.11. A apresentação da proposta de preços implicará em plena aceitação, por parte da licitante, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO**.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **1% (um por cento)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

5.10. O procedimento seguirá o **modo de disputa aberto**.

5.11. No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada no município de São Paulo pelo Decreto Municipal nº 56.475, de 5 de outubro de 2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

5.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável a critério da Administração, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme **Anexo II - Modelo de Propostas de Preços e Declarações**, acompanhada do **Anexo II-A – Modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços**, do **comprovante do FAP-WEB** e, em caso de necessidade, do **Anexo II-B – Modelo de Declaração de Apuração do Percentual Médio do PIS/COFINS** referente aos doze últimos meses, do **Anexo II-C – Modelo de Declaração de representação sindical**, e bem como, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.19.4.1. Serão desclassificadas as propostas que deixarem de considerar os subitens previstos no subitem 4.3 do **Anexo I - Termo de Referência**.

5.19.4.2. A empresa poderá obter modelo da **Planilha de Custos e Formação de Preços** através do link: <http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais-em-aberto/>

5.19.4.2.1. O modelo disponibilizado pela Administração não tem caráter obrigatório, podendo a empresa apresentar sua planilha detalhada de custos e formação de preços em formato distinto.

5.19.4.3. A empresa poderá obter o documento FAP-WEB através do link: <https://fap.dataprev.gov.br/>

5.19.4.4. A empresa deverá indicar, no **Anexo II – Modelo de Proposta de Preços e Declarações**, a Convenção Coletiva de Trabalho vigente, de cada categoria profissional, utilizada na formulação dos preços.

5.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.19.6. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

5.20. O anexo da proposta de preços nos moldes do **Anexo II - Modelo de Proposta de Preços e Declarações** deverá ser apresentada após a fase de negociação, conforme item **5.19.4**.

5.21. A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

5.21.1. Preços expressos em Real (R\$), em algarismos, com apenas duas casas decimais, computados todos os demais custos, inclusive frete e demais encargos que incidam sobre o objeto.

5.21.1.1. Havendo divergência entre os valores consignados na Proposta e os valores lançados no formulário no sistema, ofertados na etapa de lances ou negociados, prevalecerão estes últimos.

5.21.1.2. Declarar expressamente que o preço total cotado inclui todos os custos e despesas necessárias ao cumprimento integral das obrigações decorrentes da licitação.

5.21.1.3. Não será admitida cotação inferior à quantidade total prevista neste edital.

5.21.1.4. A ausência, na Proposta de Preços, de qualquer um dos itens constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas** ensejará em sua desclassificação.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item **2.8** do edital, especialmente quanto à inexistência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta a portais na internet do Tribunal de Contas da União, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, do Cadastro Nacional de Empresas Punidas, entre outros, respeitada a delimitação territorial do órgão prolator da decisão. (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>); e



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- c) Consulta à relação de apenados com impedimento de Contratar/Licitar com a administração pública do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, respeitada a delimitação territorial do órgão prolator da decisão. (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apeados>);

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

6.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens **2.5 e 3.4** deste edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. deixar de considerar as condições contidas no item **4.3** e respectivos subitens do **Anexo I – Termo de Referência**;

6.7.2. conter vícios insanáveis;

6.7.3. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

6.7.4. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

6.7.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.7.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.8. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, inclusive quanto aos preços unitários.

6.8.1. Poderá ser recusada a proposta de preços que apresentar valor unitário ou global superior ao apurado na pesquisa de preços realizada pelo órgão licitante.

6.8.2. A proposta de preços que apresentar valor unitário superior ao apurado na pesquisa de preços realizada pelo órgão licitante, mas apresentar o valor global inferior a esta, somente poderá ser aceita com a apresentação de razões devidamente fundamentadas que embasem a apreciação do Pregoeiro.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.10.1. A pessoa jurídica optante pelo regime de tributação SIMPLES NACIONAL deverá preencher o **TERMO DE COMPROMISSO DE DESENQUADRAMENTO** previsto no subitem **9.1.2** deste Edital.

6.10.2. Caso a pessoa jurídica apresente a sua proposta de preços de acordo com o regime de tributação SIMPLES NACIONAL e, de acordo com a legislação tributária, deva se desenquadrar do referido regime, posteriormente à assinatura do termo de contrato, não poderá pleitear qualquer espécie de reajustamento, repactuação e/ou reequilíbrio econômico-financeiro, por se tratar de fato preexistente e previsível no momento do preenchimento da proposta de preços, cujos custos deverão ser previamente calculados pela licitante, de forma a não comprometer a execução do futuro contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1 Caso atendidas as condições prévias de participação no certame, conforme **item 2**, será verificado se a licitante cumpre os requisitos de habilitação jurídica, habilitação fiscal, habilitação econômico-financeira e habilitação técnica, por meio dos documentos abaixo relacionados, que deverão ser enviados, via sistema, pela licitante.

7.1.1. O registro no SICAF poderá substituir os documentos de habilitação jurídica e fiscal cujas informações estejam nele contidas.

7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

7.1.2.1. Sociedade limitada unipessoal: contrato social em vigor e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou na Junta Comercial, ainda que conste no registro como empresa individual de responsabilidade limitada.

7.1.2.2. Sociedades por ações e sociedades limitadas que assumirem feição empresarial: ato constitutivo registrado na Junta Comercial, acompanhado, quando for o caso, de ata de eleição de diretoria ou outro meio de comprovação de outorga de poderes de administração.

7.1.2.3. Sociedade simples, inclusive sociedades limitadas com essa natureza, bem como associações e fundações: ato constitutivo registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, acompanhado, quando for o caso, de ata de eleição de diretoria ou outro meio de comprovação de outorga de poderes de administração.

7.1.2.4. Empresário Individual: ficha de empresário individual registrado na Junta Comercial.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

7.1.2.5. Sociedade estrangeira em funcionamento no Brasil: decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento, expedida pelo órgão competente.

7.1.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

7.1.3.1. Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

7.1.3.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

7.1.3.3. Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à Dívida Ativa da União.

7.1.3.4. Certidão Negativa de Débitos Tributários da Dívida Ativa do Estado do domicílio ou da sede da licitante.

7.1.3.5. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou da sede da licitante relativamente aos tributos mobiliários;

7.1.3.5.1. Certidão unificada por CPF/CNPJ raiz relativa ao Município de São Paulo;

7.1.3.6. Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - CRF.

7.1.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

7.1.3.8. Os documentos referidos no item **7.1.3** e seus subitens poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico.

7.1.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

7.1.4.1. Certidão negativa de pedido de falência ou de ações de insolvência civil, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, emitida em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura da sessão pública, se outro prazo não constar do documento.

7.1.4.1.1. A licitante que se encontrar em recuperação judicial deverá apresentar certidão emitida pela instância judicial competente, em que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei Federal nº 14.133/21.

7.1.4.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

7.1.4.2.1. A licitante constituída há menos de 2 (dois) anos, deverá apresentar os documentos previstos no subitem **7.1.4.2** relativos tão somente ao último exercício financeiro.

7.1.4.2.2. A licitante criada no exercício financeiro desta licitação poderá apresentar o balanço de abertura devidamente registrado na Junta Comercial, em substituição aos documentos previstos no subitem **7.1.4.2**.

7.1.4.3. Os documentos exigidos para fins de qualificação econômico-financeira deverão comprovar o seguinte:

7.1.4.3.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) iguais ou superiores a 1 (= ou > 1), apurado através das fórmulas constantes do **Anexo V - Modelo de Planilha de Análise Econômico-Financeira**.

7.1.4.3.1.1. As licitantes que apresentarem resultado menor que 1 (um), em qualquer dos índices referidos no subitem **7.1.4.3.1**, deverão comprovar que possuem patrimônio líquido mínimo igual ou superior a **R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)**.

7.1.4.4. No caso de sociedade anônima o Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis deverão ser acompanhados da ata de aprovação devidamente arquivada no registro competente.

7.1.4.5. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentados:

7.1.4.5.1. Publicados em Diário Oficial, ou;

7.1.4.5.2. Publicados em jornal de grande circulação, ou;

7.1.4.5.3. Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou em outro órgão equivalente ou;

7.1.4.5.4. Por cópia ou fotocópia do livro diário, inclusive dos Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente registrado na Junta Comercial da sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, ou;

7.1.4.5.5. Caso a licitante esteja cadastrada no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, deverá apresentar o recibo de entrega emitido pelo SPED, conforme previsto no § 1º do artigo 78-A do Decreto Federal nº 8.683/2016.

7.1.5. HABILITAÇÃO TÉCNICA

7.1.5.1. Atestado(s) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou serviços compatíveis com a descrição do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas, **comprovando serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e insumos, e serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar em características semelhantes a do objeto desta licitação**, de acordo com a parcela de maior relevância destacada a seguir:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

7.1.5.1.1. Considerar-se-á compatível com o objeto licitado a prestação de serviços de manutenção de ar-condicionado, por período não inferior a 12 (doze) meses, de, no mínimo, 200 (duzentos) aparelhos de ar condicionado.

7.1.5.1.1.1. Será admitida a somatória de atestados para comprovação da experiência da licitante, sendo que em relação aos períodos, estes deverão ser subsequentes e contínuos, sendo vedada a sobreposição de períodos concomitantes e intervalos entre os períodos.

7.1.5.2. O(s) atestado(s) / certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) com timbre do emissor e assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação completa do órgão e do representante que o(s) subscreve(m).

7.1.5.3. Caso a pessoa jurídica proponente pretenda utilizar atestado(s) de qualificação técnica, ou outro(s) documento(s) referente(s) aos bens fornecidos à Câmara Municipal de São Paulo, deverá providenciar o(s) referido(s) atestado(s) ou documento(s) junto à Unidade competente para apresentação no certame.

7.1.5.4. Se os atestados estiverem em língua estrangeira, compete à licitante providenciar sua tradução para o vernáculo, bem como comprovar o atendimento de requisitos legais perante o direito estrangeiro.

7.1.5.5. Declaração de vistoria prévia ou de conhecimento do local de prestação de serviços

7.1.5.5.1. A licitante pode tanto optar por inspecionar os locais onde serão realizados os serviços referentes ao objeto deste edital, bem como os detalhes inerentes à execução, ou declinar desse direito, firmando declaração conforme modelo do **Anexo II - Modelo de Proposta de Preços e Declarações**.

7.1.5.5.2. O agendamento de vistoria prévia se fará de acordo com as informações constantes no preâmbulo deste edital, devendo ser realizada por responsável integrante do quadro da licitante ou pessoa portando identificação e qualificada por ela e recebendo, ao final, Certificado de Vistoria, emitido pela Unidade competente, conforme **Anexo VI deste edital**.

7.1.5.5.3. A vistoria será feita à custa da licitante interessada em participar do processo licitatório, não cabendo pleito posterior de indenização por despesas realizadas durante a vistoria ou com qualquer outro trabalho que a licitante tenha realizado para poder participar do certame.

7.2. DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

7.2.1. Os documentos relativos à habilitação somente serão exigidos em momento posterior ao julgamento das propostas e apenas do licitante mais bem classificado.

7.2.1.1. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos também será feita somente em relação ao licitante vencedor.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

7.2.1.2. Quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas, lances e julgamento, os documentos serão exigidos de todos os licitantes.

7.2.2. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.2.2.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo definido pelo Pregoeiro, prorrogável, contado da solicitação do pregoeiro.

7.2.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

7.2.3.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.2.3.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.2.4. O Pregoeiro poderá, a qualquer momento, diligenciar para esclarecer dúvidas em relação à documentação apresentada pela licitante.

7.2.5. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.2.6. Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados.

7.2.7. Serão aceitas, como prova de regularidade fiscal e trabalhista, certidões positivas com efeito de negativas.

7.2.8. As certidões/declarações que não tiverem estampado em seu corpo o prazo de validade serão consideradas válidas por 06 (seis) meses, contados de sua expedição, excetuando-se a certidão exigida no subitem **7.1.4.1** cuja validade será de até 90 (noventa) dias que antecedem a data de abertura do certame.

7.2.9. Todos os documentos expedidos pela pessoa jurídica deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

7.2.10. Todos os documentos apresentados deverão estar em nome da licitante, com número de CNPJ e respectivo endereço. Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz.

7.2.11. Documentos de habilitação técnica serão aceitos em nome da matriz.

7.2.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.2.13. A comprovação da regularidade fiscal poderá ser efetuada pelo Pregoeiro, por meio de consulta ao SICAF, exclusivamente quanto aos documentos dele constantes que estejam dentro do prazo de validade, dispensada nova emissão.

7.2.13.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.2.14. Os documentos emitidos via internet, incluindo os constantes do SICAF, poderão ser objeto de diligência.

7.2.15. Os documentos exigidos para habilitação não poderão ser substituídos por protocolos que apenas configurem o seu requerimento.

7.2.16. A regularidade do SICAF é verificada automaticamente pelo sistema quando do credenciamento da licitante.

7.2.17. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.2.18. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

7.2.19. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.2.20. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.2.21. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.2.22. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

7.2.23. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata os subitens anteriores.

7.2.24. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.

8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

8.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada no prazo de 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

8.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

8.4. Os recursos serão dirigidos à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida e deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

8.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.6. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.7. A autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, mediante solicitação enviada ao e-mail cjl@saopaulo.sp.leg.br.

9. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

9.1. O prazo para assinatura do termo de contrato será de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da convocação, atendendo as seguintes disposições:

9.1.1. Na ocasião deverão ser atualizados os seguintes documentos já apresentados por ocasião da habilitação, se vencidos: Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à Dívida Ativa da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certificado de Regularidade do FGTS (CRF); Certidão Unificada por CPF/CNPJ Raiz e documento de consulta ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, em obediência ao disposto no inciso I do artigo 3º da Lei Municipal nº 14.094/05.

9.1.2. Sendo a licitante vencedora microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional, no ato da assinatura do contrato, deverá também assinar **TERMO DE COMPROMISSO DE DESENQUADRAMENTO DO SIMPLES NACIONAL** em atendimento ao disposto na Resolução CGSN nº 140/2018 da Receita Federal do Brasil.

9.2. O termo de contrato deverá ser assinado pelo atual representante legal da adjudicatária (Diretor, Sócio da Pessoa Jurídica ou Procurado) mediante apresentação de instrumento de ato constitutivo, ata de eleição de diretoria, instrumento de procuração, entre outros que demonstrem poderes para tanto.

9.3. O termo de contrato deverá ser assinado, preferencialmente com assinatura eletrônica, mediante uso da certificação digital ICP-Brasil no mesmo prazo indicado no item **9.1**.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

9.4. A critério da Administração, o prazo para assinatura do termo de contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

9.5. É facultado à Administração, quando o convocado não formalizar o ajuste no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes classificadas remanescentes, na ordem de classificação, nas condições propostas pela licitante vencedora, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação, independentemente da aplicação da penalidade prevista neste edital.

9.5.1. Em seguida, desde que observado o valor estimado e sua atualização, é facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da adjudicatária. Frustrada a negociação, é lícito à Administração adjudicar e celebrar contrato nas condições oferecidas.

9.5.2. Faculta-se, ainda, a convocação de demais licitantes classificadas para a contratação de remanescente de serviço em consequência de rescisão contratual, observado o item acima.

9.6. Na hipótese de convocação das licitantes classificadas remanescentes, deverão ser averiguadas as condições de habilitação destas.

9.7. Os elementos do ajuste serão integrados nas bases de dados a serem disponibilizadas por meio do Programa Dados Abertos do Parlamento, em atenção ao princípio da publicidade e à cultura da transparência na gestão pública, nos termos do Ato de Mesa nº 1156/11, que dispõe sobre a implementação do Programa Dados Abertos do Parlamento no âmbito da Câmara Municipal de São Paulo.

9.8. A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, assim como todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

9.9. A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>) e no Diário Oficial do Município de São Paulo.

9.10. No momento da contratação, bem como nos casos de eventual prorrogação do ajuste, a **CONTRATANTE** deverá consultar os cadastros previstos no item **2.9**, a fim de verificar eventual impedimento de contratar com a Administração Pública.

10. DA GARANTIA CONTRATUAL

10.1. A **CONTRATADA** deverá recolher a garantia da execução contratual no importe de 5% (cinco por cento) do valor total a ser contratado, em uma das modalidades prevista no § 1º, do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da data de convocação para assinatura do Termo de Contrato, com exceção do seguro-garantia, conforme o disposto no subitem **10.2**.

10.1.1. Caso o valor do Contrato seja alterado, nas hipóteses previstas na Lei, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

10.2. Se a opção de garantia for pelo seguro-garantia, a apólice deverá indicar a **CONTRATANTE** como beneficiária, e deverá ser prestada no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.3. Se a opção for pela fiança bancária, esta deverá:

- I. Conter expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento a **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- II. Conter renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro;
- III. Ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

10.4. Se a opção for caução em dinheiro ou título da dívida pública, este deverá:

- I. Ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;
- II. Ser avaliado por seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Economia.

10.5. Não serão aceitos seguro-garantia ou fiança bancária que contenham cláusulas contrárias aos interesses da **CONTRATANTE**.

10.6. A garantia terá validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. São aplicáveis pela Administração, garantida a defesa prévia, as sanções previstas na Lei nº 14.133/21, e demais normas pertinentes, assim como as abaixo especificadas.

11.2. À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em relação à exigida neste Edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio de intimação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nos subitens **11.3**, **11.4** e **11.5**, a critério da Administração.

11.3. A recusa injustificada, ou cuja justificativa não seja aceita pela Câmara Municipal de São Paulo, em assinar o contrato ou instrumento equivalente, sujeitará a licitante vencedora ao pagamento de multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta final. Poderá ser considerada como recusa injustificada a não apresentação das Certidões exigidas nos termos do mesmo subitem.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

11.4. Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do Município de São Paulo pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).

11.5. Declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da Mesa da Câmara Municipal de São Paulo, impedindo o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.6. As demais multas relativas à execução contratual são as constantes do **Anexo III – Minuta de Termo de Contrato**.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para apresentar pedido de esclarecimento ou impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser encaminhados ao e-mail: cjl@saopaulo.sp.leg.br.

12.3.1. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do edital capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do certame.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.



13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. Fica assegurado à CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO o direito de revogar a licitação por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulá-la, em caso de ilegalidade, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

13.11. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

13.12. O Foro para dirimir questões relativas ao presente certame será o da Comarca de São Paulo-SP, com exclusão de qualquer outro.

13.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas <https://www.gov.br/pncp/pt-br> (PNCP) e no seguinte endereço eletrônico <http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais-em-aberto/>.

São Paulo, 29 de abril de 2026.

**Luiz Fernando Etzel
Pregoeiro**



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2026/00184

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e insumos, e serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar, conforme especificações constantes neste Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas.

1. DO OBJETO

Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e insumos, e serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar, conforme especificações constantes deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A demanda está prevista no orçamento do presente exercício, sob o IPO (Item de Previsão Orçamentária) 26090150.

2.2. A presente aquisição fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar 11/2026.

2.3. Os últimos anos o Brasil vem batendo recordes de temperaturas altas e faz-se necessário manter a temperatura amena nas dependências da Câmara deixando o ambiente salubre aos servidores e frequentadores. Diante disto, a Câmara possuiu mais de 400 (quatrocentos) equipamentos de ar condicionado instalados em suas dependências. São equipamentos dos mais variados tipos (split, cassete, piso teto, janela, etc), sendo o do tipo janela a grande maioria deles. A higienização periódica destes equipamentos é imprescindível para minimizar a contaminação do ar por agentes microbiológicos, físicos ou químicos, garantindo-se assim a eficiência da climatização, a conservação e o aumento da vida útil dos equipamentos, bem como o atendimento à legislação vigente relativa à necessidade de limpeza desse tipo de equipamento. Além disso, a contratação contempla a previsão de manutenções preventivas mensais e manutenção corretiva dos aparelhos que porventura vierem a apresentar defeitos, a demandar substituição de peças e reparos, além de serviços por demanda de limpeza e higienização dos dutos de ar condicionado. Também, torna-se imprescindível a adoção de providências para firmar nova contratação em atendimento às disposições da Lei nº 13.589, de 04 de janeiro de 2018, bem como da Portaria nº 3.523/GM, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, os quais estabelecem a obrigatoriedade de se realizar manutenções periódicas em sistemas de ar condicionado. Diante disto, é necessário ainda que a contratação contemple a limpeza e higienização dos dutos de ar condicionado da Casa evitando a contaminação do ar dos locais atendidos por este tipo de sistema de ar condicionado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 2.4.** A não contratação dos serviços pode deixar salas sem ventilação e climatização tornando assim um ambiente pouco saudável para os funcionários e frequentadores, além de intensificar o desgaste dos equipamentos. Também, a Câmara não atenderá a legislação do objeto que obriga manutenções periódicas nos equipamentos para manter a qualidade do ar.
- 2.5.** Atualmente há instalados na Casa 313 (trezentos e treze) ar condicionado de janela (ACJ), 115 (cento e quinze) evaporadoras do tipo split e multisplit (*hi-wall*, cassete e piso teto) e 04 (quatro) sistemas de condicionamento de ar através de dutos. A equipe alocada do contrato atual, a mesma prevista para esta contratação, demonstrou ser suficiente para o bom desempenho dos serviços com o cumprimento do cronograma de manutenções preventivas, conforme reza a legislação, e atender as manutenções corretivas na rapidez que a Casa requer.
- 2.6.** O fornecimento do objeto é enquadrado como continuado podendo ter vigência plurianual para atender o princípio da economicidade referente aos custos do processo licitatório.
- 2.7.** O parcelamento da contratação não é indicado, uma vez que se trata da contratação de serviços para um único “complexo” e não haveria ganho de economia de escala e, em especial, dificultaria muito a gestão dos possíveis contratos de objetos correlatos.
- 2.8.** Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, enquadrando-se nas características descritas no Art. 6, Inc XIII, Lei 14.133/21.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1.** A Contratada, com registro no CREA, deverá dispor em seu quadro de funcionários Engenheiro Mecânico ou Técnico de nível médio, para prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de ar condicionado.
- 3.2.** O modelo de fornecimento de peças até um limite anual estabelecido, conforme já consta no contrato vigente, permite a economicidade e eficiência no atendimento às demandas, urgentes ou não, de forma a minimizar ao máximo as possibilidades de interrupção do funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado da Câmara. A Contratada tem a possibilidade de comprar as peças de reposição diretamente com o fabricante e/ou parceiros, com preços mais vantajosos e posteriormente reembolsado pela Câmara. Sendo de responsabilidade da empresa essa aquisição, o processo se torna mais ágil por não ser necessário passar pelos trâmites formais de contratação por dispensa de licitação, mas garantindo que a aquisição será pelo menor valor de mercado.
- 3.3.** No atendimento dos serviços é necessário que a Contratada contemple o material, equipamentos a serem utilizados e equipe técnica especializada, com suas devidas normas de segurança e EPIs.
- 3.4.** Em sua prestação de serviços a empresa deverá obedecer a todos os preceitos legais e normativos de órgãos reguladores, em especial:
- Lei 12.305 de 02/08/2010 – Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- Lei 13.589 de 04/1/2018 – Torna obrigatória a manutenção de aparelhos de ar condicionado e obriga a elaboração de PMOC;
 - Lei n. 10.295, de 17 de outubro de 2001 - Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dá outras providências;
 - Resolução CONAMA n. 267, de 14 de setembro de 2000 - Dispõe sobre a proibição no Brasil da utilização das substâncias controladas especificadas nos Anexos A e B do Protocolo de Montreal sobre substâncias que destroem a camada de ozônio;
 - Portaria INMETRO n. 269, de 22 de junho de 2021 – Avaliação da Conformidade para Condicionadores de Ar;
 - NR 17 – Recomenda as condições mínimas de conforto acústico e climático nos ambientes onde se desenvolvem atividades intelectuais;
 - Portaria MS n. 3.523/98 (Ministério da Saúde) – Estabelece as principais medidas para os processos de avaliação e limpeza de sistemas de climatização;
 - ABNT NBR 14679 de 06/2012 – Estabelece os procedimentos e diretrizes mínimas para execução dos serviços de higienização corretiva de sistemas de tratamento e distribuição de ar caracterizados como contaminados por agentes microbiológicos, físicos ou químicos;
 - ABNT NBR 13971 de 01/2014 – Sistemas de refrigeração, condicionamento de ar, ventilação e aquecimento - Manutenção programada;
 - ABNT NBR 17037 de 04/2023 – Estabelece padrões referenciais de qualidade do ar interior em ambientes não residenciais climatizados artificialmente;
 - ABNT NBR 15848 de 03/2024 – Estabelece procedimentos e requisitos relativos às atividades de construção, reformas, operação e manutenção das instalações que afetam a qualidade do ar interior (QAI);
 - ABNT NBR 16401-1 de 11/2024 – Estabelece parâmetros básicos e requisitos de projetos para sistemas de ar condicionado centrais e unitários.
- 3.5.** Considerando que a importância e especificidade do objeto, será exigida qualificação técnica de acordo com subitem **8.5.2**.
- 3.6.** É permitida a subcontratação total dos serviços por demanda constantes do **Anexo Único** deste Termo de Referência, desde que haja solicitação formal da **CONTRATADA** e expressa anuência da **CONTRATANTE**.
- 3.6.1.** A eventual subcontratação total dos serviços por demanda não exime a **CONTRATADA** de responsabilidade perante a **CONTRATANTE**, na execução dos serviços e nos prazos previstos no **Anexo Único deste Termo de Referência**.
- 3.6.2.** O Edital oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação.
- 3.7.** Será exigida a garantia da contratação, considerando que se trata de contratação de serviços com mão de obra alocada, assegura deste modo o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos funcionários alocados, entre outros, caso a **CONTRATADA** venha a não arcar com tais obrigações.
- 3.7.1.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.
- 3.8.** Considerando as características dos serviços descritos nesse termo, convém a realização de vistoria prévia no local de execução.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 3.8.1.** A realização da vistoria deverá ser realizada de acordo com o subitem **8.4** deste Termo de Referência.
- 3.9.** Exigência de sede no município de São Paulo ou na grande São Paulo, para que seja possível encaminhar eventuais coberturas de faltas dentro do período previsto em contrato.
- 3.10.** Em relação à remuneração dos funcionários, será exigida qualificação salarial conforme descrito no subitem **4.3.1**, de acordo com a fundamentação constante do ETP 11/2026 e estudo salarial realizado.
- 3.11.** Deverão ser observadas as providências para a **proteção dos dados pessoais**:
- 3.11.1.** A **CONTRATADA** se compromete a adotar as melhores práticas para respeitar a legislação vigente e/ou que venha entrar em vigor sobre proteção de dados, inclusive na forma da Lei Federal no 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).
- 3.11.2.** A **CONTRATADA** se obriga a manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais coletados em razão da execução do objeto deste contrato, garantindo sua proteção contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.
- 3.11.3.** O tratamento de dados pessoais será realizado nos estritos limites da consecução do objeto deste contrato ou do consentimento expressamente manifestado por escrito por seus respectivos titulares.
- 3.11.4.** Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito **da CONTRATANTE**, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.
- 3.11.5.** Sempre que constatar acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito por parte de seus colaboradores, diretores ou prepostos, a **CONTRATADA** imediatamente comunicará **à CONTRATANTE**, colaborando, inclusive, com eventual comunicação de ocorrência de incidente de segurança à Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- 3.11.6.** Ao fim do serviço, a **CONTRATADA** adotará todas as medidas visando à eliminação dos respectivos dados pessoais de seu banco de dados, ressalvadas as hipóteses do art. 16 da LGPD.
- 3.11.7.** A **CONTRATADA** será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

qualquer multa ou penalidade imposta à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento de qualquer das obrigações relativas à proteção de dados pessoais.

3.11.8. Todas as obrigações relativas à proteção de dados pessoais, inclusive sigilo e confidencialidade, permanecerão em vigor mesmo após o término de vigência do presente contrato.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

4.1. Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e insumos, e serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar, conforme especificações constantes deste Termo de Referência e seu Anexo Único.

4.2. DOS HORÁRIOS E QUADRO DE PESSOAL

4.2.1. A prestação de serviços dar-se-á de segunda-feira a sexta-feira das 08h às 20h e os profissionais trabalharão em jornadas a serem definidas pela **CONTRATANTE**, respeitada a jornada de 44 horas semanais dos trabalhadores e os intervalos intrajornada para refeições e descanso, para atender as atividades normais da **CONTRATANTE**.

4.2.1.1. A **CONTRATANTE** poderá solicitar excepcionalmente à **CONTRATADA**, com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, a execução de trabalhos fora dos horários normais da **CONTRATADA**.

4.2.2. Em caso de suspensão do expediente, a critério do gestor, a compensação de horas dar-se-á a partir do primeiro dia útil seguinte à suspensão do expediente. As horas não compensadas poderão ser descontadas do pagamento mensal à **CONTRATADA**.

4.2.3. DO QUADRO DE PESSOAL

4.2.3.1. Para realização dos serviços, objeto do presente, a **CONTRATADA** deverá disponibilizar equipe de trabalho para cumprir programa de serviços definidos pela **CONTRATANTE**, conforme abaixo:

PROFISSIONAL	CBO	QUANTIDADE
Encarregado Mecânico de Refrigeração e Climatização	9101-10	01
Mecânico de Refrigeração e Climatização	9112-05	03
Auxiliar Mecânico de Refrigeração e Climatização	9112-05	03



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

4.2.3.2. A **CONTRATADA** deverá possuir Engenheiro Mecânico, devidamente registrado nos órgãos competentes, que atuará como responsável técnico junto à **CONTRATANTE**, bem como pelo recolhimento da anotação de Responsabilidade Técnica (ART), relativa ao contrato.

4.2.3.2.1. A comprovação de que o engenheiro responsável técnico pertence ao quadro da **CONTRATADA** deve ser feita através da apresentação de cópia da Carteira de Trabalho com a devida anotação de emprego na empresa licitante, ou contrato de prestação de serviços, ou contrato social, no caso de sócio ou diretor, e deverá ser apresentado em até 10 (dez) dias após a assinatura do Contrato.

4.2.3.3. A **CONTRATADA** deverá indicar preposto para representá-la junto à **CONTRATANTE**.

4.2.3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.2.3.5. Além da idade mínima de 18 (dezoito) anos, os requisitos exigidos dos colaboradores a serem nas execuções dos serviços e as respectivas atribuições, de acordo com a categoria funcional, são os seguintes:

4.2.3.5.1. Encarregado Mecânico de Refrigeração e Climatização

a) Qualificação: Certificado de conclusão de ensino médio regular e curso na área de mecânico de refrigeração e climatização, ou ensino médio profissionalizante de mecânico de refrigeração e climatização e experiência anterior na função de Mecânico de no mínimo 06 (seis) meses, devidamente comprovada em carteira profissional ou equivalente;

b) Atribuições: coordenar os trabalhos dos integrantes da equipe, supervisionando a distribuição do trabalho da mesma, de modo que as tarefas sejam realizadas com qualidade adequada, no mínimo tempo; conferir ordem de serviço; relatar ao gestor do contrato, de forma imediata, toda e qualquer irregularidade observada nos locais onde os serviços estão sendo prestados; verificar a quantidade e disponibilidade de insumos e, se for o caso, requisitar à **CONTRATADA**; verificar segurança do local de trabalho; controlar EPIs e uniformes; controlar, elaborar e encaminhar ao Gestor o relatório diário de ponto; elaborar juntamente com o Gestor, cronograma de atividades de manutenção preventiva, assim como os relatórios técnicos previsto no item **5.4.5**.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

4.2.3.5.2. Mecânico de Refrigeração e Climatização

- a) Qualificação:** Certificado de conclusão de ensino médio regular e curso na área de mecânico de refrigeração e climatização, ou ensino médio profissionalizante de mecânico de refrigeração e climatização e experiência anterior na mesma função de no mínimo 06 (seis) meses, devidamente comprovada em carteira profissional ou equivalente.
- b) Atribuições:** Executar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de ar condicionado, instalando, reparando ou substituindo peças e fazendo os ajustes, limpezas, regulagens e lubrificação necessárias, utilizando-se de instrumentos e aparelhos de medição e controle, para assegurar o funcionamento regular e eficiente dos equipamentos.

4.2.3.5.3. Auxiliar Mecânico de Refrigeração e Climatização

- a) Qualificação:** Certificado de conclusão de ensino médio regular e curso na área de mecânico de refrigeração e climatização, ou ensino médio profissionalizante de mecânico de refrigeração e climatização ou experiência anterior na área de manutenção de refrigeração e climatização de no mínimo 06 (seis) meses, devidamente comprovada em carteira profissional ou equivalente.
- b) Atribuições:** Auxiliar o Mecânico nas atribuições deste.

4.3. DA REMUNERAÇÃO E DOS BENEFÍCIOS

4.3.1. As remunerações previstas deverão cumprir as seguintes condições:

- 4.3.1.1. Para todas as funções, assim como Auxiliar Mecânico de Refrigeração e Climatização, o valor mínimo a ser aceito será o piso previsto para a função na Convenção Coletiva adotada, desde que seja igual ou superior ao salário mínimo estadual de São Paulo, acrescido de 35% (trinta e cinco por cento), de acordo com a seguinte fórmula:**

$$R \geq PS \times 1,35$$

R = valor mínimo a ser aceito para as remunerações

PS = Piso salarial previsto na CCT para cada função, desde que seja igual ou superior ao salário mínimo estadual de São Paulo

- 4.3.1.2. Para a função de Mecânico de Refrigeração e Climatização, além de cumprir a condição estabelecida no subitem 4.3.1.1, o valor mínimo a ser**



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

aceito deve ser, no mínimo, 40% (quarenta por cento) superior a remuneração do Auxiliar Mecânico de Refrigeração e Climatização, de acordo com a seguinte fórmula:

$$RM \geq RAM \times 1,40$$

RM = valor mínimo para a remuneração do Mecânico de Refrigeração e Climatização

RAM = remuneração do Auxiliar Mecânico de Refrigeração e Climatização

- 4.3.1.3.** Para a função de Encarregado Mecânico de Refrigeração e Climatização, além de cumprir a condição estabelecida no subitem 4.3.1.1, o valor mínimo a ser aceito deve ser, no mínimo, 45% (quarenta e cinco por cento) superior a remuneração do Mecânico de Refrigeração e Climatização, de acordo com a seguinte fórmula:

$$REM \geq RM \times 1,45$$

REM = valor mínimo para a remuneração do Encarregado Mecânico de Refrigeração e Climatização

RM = remuneração do Mecânico de Refrigeração e Climatização (cumprido o requisito do subitem 4.3.1.2)

- 4.3.2.** A empresa deverá, obrigatoriamente, fornecer os seguintes itens, independente do previsto na Convenção Coletiva utilizada: Vale-Transporte, Vale-Refeição e Uniforme.
- 4.3.3.** Em conformidade com o Ato nº 1140/2011, que dispõe sobre os preceitos relativos ao "Trabalho Decente" no âmbito das contratações de obras e serviços da Câmara Municipal de São Paulo, a **CONTRATADA** deverá fornecer **Integração Ônibus + Metrô/CPTM** se esta modalidade de vale-transporte possibilitar menor tempo de deslocamento do colaborador até a sede da CONTRATANTE.
- 4.3.4.** Nenhum benefício concedido, bem como a remuneração dos empregados indicada na proposta inicial, poderá ser reduzido, suprimido ou retirado pela **CONTRATADA**, salvo alteração promovida **por negociação coletiva de trabalho** na respectiva Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo da Categoria.
- 4.3.5.** A simples alteração da base sindical promovida, unilateralmente ou não, pela **CONTRATADA** não enseja a redução ou supressão de benefícios ou da remuneração já incorporados nos contratos de trabalhos dos empregados da **CONTRATADA**.

4.4. UNIFORMES

- 4.4.1.** A **CONTRATADA** deverá cuidar para que os profissionais sob sua responsabilidade para a prestação dos serviços apresentem-se asseados, trajando uniformes fornecidos às suas expensas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

4.4.2. O conjunto de uniforme deverá conter, no mínimo, as seguintes características, com sua substituição a cada 06 (seis) meses e/ou sempre que necessário:

DESCRIÇÃO	QTDE SEMESTRAL
Camiseta gola polo com bolso com emblema da CONTRATADA	02
Moletom ou blusa de frio com emblema da CONTRATADA	01
Calça jeans ou brim com emblema da CONTRATADA	02
Meia de algodão na cor branca	02
Bota com solado de borracha na cor preta	01

4.4.3. Todos os itens e especificações estarão sujeitos à prévia aprovação do Gestor do Contrato e, a pedido dele, deverão ser substituídos caso possuam qualidade comprovadamente questionável ou que não atendam ao fim a que se destinam.

4.4.4. Poderão ocorrer eventuais alterações nas especificações dos itens quanto ao tecido, cor, modelo, desde que aceitas pelo Gestor do Contrato.

4.4.5. Os uniformes deverão ser entregues aos funcionários mediante recibo (relação nominal), cuja cópia deverá ser entregue ao Gestor do Contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da entrega.

4.4.6. O conjunto de uniforme deverá ser substituído pelo equipamento/vestimenta pertinente quando de serviços específicos, conforme norma e legislação vigentes.

4.5. FERRAMENTAS E INSUMOS

4.5.1. A **CONTRATADA** arcará e será responsável pela aquisição, instalação e operação de todo material de consumo básico, necessário à prestação dos serviços de manutenção. Deverão ser contemplados no preço ofertado pela **CONTRATADA** e ela será responsável pelo seu fornecimento

4.5.1.1. Serão considerados materiais de consumo básico:

- a)** Materiais para vedação limpeza, lubrificação e manutenção em geral;
- b)** Fusíveis, reles, contadores, termostatos, chaves e demais componentes elétricos;
- c)** Polias e rolamentos dos sistemas de ventiladores;
- d)** Gás refrigerante para os equipamentos baseado na necessidade das manutenções, como por exemplo: R22, R32, R410A, R141B (limpeza).

4.5.2. A **CONTRATADA**, deverá trazer todas as ferramentas e itens de consumo como, por exemplo: bomba de vácuo, cilindro com nitrogênio para testes de vazamento, gás refrigerante para os equipamentos baseado na necessidade das manutenções e limpeza, kit solda (PPU/ Maçarico Turbo tocha), vareta foscoper, produto(s) de limpeza de ar condicionado como Metasil, instrumentos de medição, lubrificantes, álcool etílico, vassouras, aspirador, escadas, extensão elétrica para os



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

equipamentos elétricos, lavadora de alta pressão, panos de limpeza, isolantes, detergentes, biocidas, dispersantes, inibidores de incrustações, graxas, solvente, escova para condensador, líquido para limpeza, em geral (tipo Formaldeído entre 7% a 8%, tensoativo, essência), pincéis, tinta base anticorrosivo para retoques em locais necessários, produtos químicos para tratamento da água (se necessário) e tinta para retoques (PVA látex e esmalte), os quais todos deverão ser trocados e repostos sempre que necessários.

4.5.3. A escolha dos materiais a serem empregados deverá obedecer rigorosamente às prescrições e recomendações dos fabricantes, bem como às normas da ABNT ou às normas internacionais consagradas, na falta de normas da ABNT.

4.5.4. O fornecimento de peças de reposição se dará conforme item **5.5**.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Os serviços serão executados no Palácio Anchieta, Viaduto Jacareí, 100, CEP 01319-900, Bela Vista, São Paulo – SP.

5.2. PRAZOS

5.2.1. A **CONTRATADA** deverá dar início à manutenção preventiva e corretiva no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados a partir da emissão da Ordem de Início de Serviços pela **CONTRATANTE**.

5.3. DESCRIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS

5.3.1. Nas dependências da Câmara Municipal de São Paulo há instalados os seguintes equipamentos e sistemas de ar condicionado:

5.3.1.1. Ar Condicionado de Janela (ACJ):

5.3.1.1.1. 270 (duzentas e setenta) unidades de 21.000 btus, R22;

5.3.1.1.2. 38 (trinta e oito) unidades de 20.000 btus, R410A;

5.3.1.2. Split Piso Teto:

5.3.1.2.1. 06 (seis) unidades de 60.000 btus, R22;

5.3.1.2.2. 06 (seis) unidades de 58.000 btus, R410A;

5.3.1.3. Split Cassete:

5.3.1.3.1. 10 (dez) unidades de 24.000 a 48.000 btus, R22;

5.3.1.3.2. 55 (cinquenta e cinco) unidades de 12.000 a 24.000 btus, R410A;

5.3.1.3.3. 18 (dezoito) unidades de 9.000 a 24.000 btus, R32;

5.3.1.4. Split Hi-Wall:

5.3.1.4.1. 09 (nove) unidades de 12.000 a 24.000 btus, R22;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

5.3.1.4.2. 38 (trinta e oito) unidade de 9.000 a 36.000 btus, R410A;

5.3.1.4.3. 01 (uma) unidade de 18.000 btus, R32.

5.3.1.5. SISTEMAS COM DUTOS

5.3.1.5.1. 02 (duas) unidades de condicionador de ar TRENE do tipo split system, condensação ar, descarga vertical através de ventilador centrífugo, 40TR;

5.3.1.5.2. Conjuntos de condicionadores de ar Carrier tipo Split System sendo: 02 conjuntos horizontais e 02 conjuntos verticais com condensadores remotos centrífugos com descargas de ar horizontal, 60TR;

5.3.1.5.3. Condicionador de ar Carrier tipo Split System, de embutir para duto e condensadora com descarga de ar horizontal, 36.000 btus;

5.3.1.5.4. Condicionadores de ar HITACHI do tipo Multisplit, condensação de ar, com descarga horizontal através de ventilador centrífugo, 30TR;

5.3.1.5.5. Condicionador de ar Carrier tipo multi Split sendo: 01 conjunto evaporador vertical e 02 conjuntos condensadores tipo axial e 01 exaustor e mais 01 insuflador axiais, 30TR.

5.4. PLANO DE MANUTENÇÃO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.4.1. Os serviços deverão ser executados conforme os Programas de Manutenção Preventiva – PMP de cada tipo de aparelho, devendo ser efetuados todos os testes necessários para manter o sistema operando dentro de suas características técnicas nominais, prevenindo quanto às deficiências e degradações, de forma a possibilitar ao longo do tempo, a formação do histórico do equipamento e assim garantir a redução do índice de defeitos e intervenções corretivas, corrigindo de imediato as irregularidades constatadas durante as intervenções de Manutenção Preventiva, conforme norma técnica ABNT NBR 13971 que regulamenta a prestação de serviços de manutenção em sistemas de ar condicionado, as exigências da portaria nº 3523 de 28/08/98 do Ministério da Saúde e do Plano de Manutenção Operação e Controle – PMOC, em conformidade com as necessidades de cada equipamento instalado, atendendo as especificações do fabricante.

5.4.1.1. Operação do Sistema: é o conjunto de atividades necessárias à colocação em funcionamento do sistema, com a monitoração de parâmetros previamente estabelecidos.

5.4.1.2. Manutenção Preventiva: é o conjunto de testes e verificações necessárias para manter os equipamentos operando dentro de suas características técnicas nominais, prevenindo quanto às deficiências e degradações e possibilitando ao longo do tempo, a formação do



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

histórico do equipamento e garantia da confiabilidade dos mesmos, reduzindo o índice de defeitos e intervenções corretivas. Também, garantir a qualidade do ar do ambiente, conforme a ABNT NBR 17037 de 04/2023.

5.4.1.3. Manutenção Corretiva: consiste em corrigir os defeitos apresentados nos equipamentos constatados durante as manutenções preventivas programadas ou pelos usuários. Os serviços de manutenção corretiva, demandados pela **CONTRATANTE** ocorrerão tantas vezes quanto se comprovar serem indispensáveis.

5.4.2. Programa de Manutenção Preventiva – PMP

PROGRAMA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA - PMP					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	PERIODICIDADE			
		M	T	S	A
01	Limpeza do filtro de ar da unidade interna	M			
02	Limpeza exterior do gabinete	M			
03	Verificar existência de ruídos e vibrações anormais	M			
04	Efetuar limpeza dos condensadores			S	
05	Lavar evaporador	M			
06	Verificar estado e alinhamento das correias dos ventiladores	M			
07	Lubrificar mancais e rolamentos		T		
08	Verificar acoplamentos	M			
09	Efetuar limpeza dos rotores	M			
10	Efetuar limpeza geral do equipamento incluindo motores e compressores	M			
11	Verificar isolamento das tubulações	M			
12	Verificar existência de vazamentos freon	M			
13	Verificar visor líquido	M			
14	Verificar superaquecimento da válvula de expansão	M			
15	Eliminar pontos de ferrugem		T		
16	Corrigir tampas soltas e vedação do gabinete	M			
17	Verificar e anotar pressões de alta/baixa/óleo			S	
18	Verificar atuação do pressostato de alta/baixa/óleo			S	
19	Efetuar leitura de superaquecimento			S	



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

20	Reapertar parafusos de mancais e suportes		T		
21	Verificar aperto normal dos cabeçotes dos compressores				A
22	Medir e anotar temperatura de entrada e saída de água condensada		T		
23	Eliminar vazamentos nos registros e válvulas	M			
24	Manobrar cada registro hidráulico, do princípio ao fim do curso, voltando-a a posição normal			S	
25	Verificar e anotar tensões e desbalanceamento entre fases dos motores e compressores	M			
26	Verificar e anotar corrente e desbalanceamento entre fases dos motores e compressores	M			
27	Medir e anotar isolamento dos motores e compressores			S	
28	Verificar botoeiras, interruptores, lâmpadas e fusíveis	M			
29	Efetuar reaperto dos terminais, parafusos e molas	M			
30	Verificar atuação dos reles térmicos		T		
31	Efetuar limpeza interna do quadro de comando	M			
32	Verificar aquecimento dos motores	M			
33	Verificar atuação do FLOW-SWITCH	M			
34	Verificar estado das superfícies dos contatos e reles de partida da unidade				A
35	Verificar aperto dos fusíveis e se são adequados	M			
36	Verificar funcionamento da resistência de aquecimento do cárter	M			
37	Verificar elasticidade dos coxins de borracha dos compressores	M			
38	Lavar filtro de ar do evaporador	M			
39	Desobstruir dreno e lavar bandejas (superior e inferior)	M			
40	Verificar isolamento térmico/gabinete	M			
41	Verificar estado das conexões flexíveis dos dutos	M			
42	Verificar vazamento de ar	M			
43	Verificar operação dos Dumpers	M			
44	Limpar filtro da tomada de ar externo	M			
45	Verificar se o retorno está desobstruído	M			
46	Verificar secador de líquido refrigerante	M			



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

47	Medir e registrar as temperaturas de insuflamento retorno ambiente e ar exterior	M			
48	Conferir a regulagem do termostato de controle de temperatura ambiente	M			
49	Analisar o estado do óleo dos compressores	M			
50	Verificar umidostatos e resistências				A
51	Remover painéis frontais e filtros de ar, lavar e aplicar bactericida		T		
52	Preencher a folha de leitura e analisa-la	M			
LEGENDA: M = Mensal / T = Trimestral / S = Semestral / A = Anual					

5.4.3. Na execução das rotinas dos serviços de manutenção dos equipamentos de ar condicionado, a **CONTRATADA** deve observar estritamente as recomendações dos fabricantes e as instruções constantes de normas técnicas indicadas para a elevação da vida útil e melhoria do rendimento dos Equipamentos.

5.4.4. Em cumprimento ao disposto na Lei Federal nº 13.589/2018 e na Portaria MS nº 3.523/1998, a **CONTRATADA** deverá elaborar, cumprir e fornecer à **CONTRATANTE** um Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC. O plano deverá conter ao menos a identificação da **CONTRATADA**, a descrição das atividades a serem desenvolvidas, a periodicidade das mesmas, as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para garantia de segurança do sistema de climatização e outros de interesse, observado o Anexo I da referida Portaria e legislação correlata.

5.4.4.1. O PMOC deverá ser elaborado e assinado por profissional legalmente habilitado (Engenheiro Mecânico), sendo obrigatória a apresentação da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) recolhida junto ao CREA, devidamente assinada.

5.4.4.2. O prazo máximo para a elaboração e entrega da versão inicial do PMOC, juntamente com a ART, é de 20 (vinte) dias corridos, contados a partir da emissão da Ordem de Início dos Serviços, devendo o documento ser submetido à aprovação da gestão do contrato.

5.4.5. A **CONTRATADA** deverá detalhar, mensalmente, todas as atividades efetuadas em relatórios técnicos, enviando ao fiscal do contrato em conformidade com o **PMOC**, contendo relação de todos os equipamentos da **CONTRATANTE**, respectivas manutenções preventivas e corretivas, relação de peças defeituosas e justificativa para sua substituição bem como demais informações pertinentes

5.4.6. Os serviços de limpeza e higienização de dutos por demanda **constantes do Anexo Único deste Termo de Referência**, devem seguir a periodicidade prevista nas normas técnicas vigentes, inclusive a NBR 14679 e a NBR 15848, e serão



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

executados após solicitação formal da **CONTRATADA** e expressa anuência da **CONTRATANTE**, nos termos do **Anexo Único** deste **Termo de Referência**.

5.5. FORNECIMENTO DE PEÇAS

5.5.1. Em caso de necessidade de substituição de peças, a **CONTRATADA** deverá submeter orçamento para aprovação do Fiscal do Contrato.

5.5.1.1. A **CONTRATANTE**, por sua vez, deverá obter no mercado local mais 03 (três) orçamentos, no mínimo, podendo decorrer daí duas possibilidades:

- a) Se o valor da peça orçada pela **CONTRATADA** for menor ou igual ao valor de mercado, o item será adquirido da **CONTRATADA**, conforme o valor do orçamento apresentado;
- b) Existindo pelo menos uma empresa no mercado local cujo preço da peça seja menor que aquele orçado pela **CONTRATADA**, esta deverá adquirir o item junto àquela empresa que apresentar o menor preço e fornecê-lo a **CONTRATANTE**, devendo substituí-lo conforme os serviços previstos neste **Termo de Referência**.

5.5.1.2. O prazo máximo para o fornecimento do item deverá ser submetido à **CONTRATANTE** que analisará caso a caso.

5.5.1.3. O valor da peça adquirida será pago juntamente com a fatura do mês em que houve a necessidade de substituição do item.

5.5.1.4. O valor anual total **estimado** para a substituição de peças é de contratação **R\$ 50.000,00**.

5.5.2. A **CONTRATADA** deverá responsabilizar-se pelas despesas operacionais, decorrentes da remessa e devolução das partes e peças que tenham sido reparadas em suas dependências ou de terceiros.

5.5.3. Sendo necessária a retirada de aparelhos para execução de manutenção fora das dependências da **CONTRATANTE**, a **CONTRATADA** deverá arcar com todos os custos e recursos para retirar e transportar o equipamento defeituoso para o local da oficina, assim como o retorno dos mesmos para sua posição de origem.

5.6. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

5.6.1. A **CONTRATADA** deverá cumprir a Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho vigente, pertinente ao objeto do presente, com objetivo de preservar a saúde e a integridade física dos trabalhadores da empresa **CONTRATADA** e da **CONTRATANTE**, bem como o meio ambiente e o patrimônio da **CONTRATANTE**.

5.6.2. A **CONTRATADA** deverá fornecer aos trabalhadores equipamento de proteção individual (EPI) como, capacetes de proteção, óculos de proteção, protetores faciais, luvas, calçados, protetores auriculares, máscaras, cintos de segurança, entre outros que se fizerem necessários, atendendo as peculiaridades das



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

atividades profissionais e em conformidade com a Norma Regulamentadora vigente. Todos os EPIs deverão possuir Certificado de Aprovação (CA) válido, sendo a **CONTRATADA** responsável por fiscalizar o uso, higienizar e substituir imediatamente os equipamentos danificados ou extraviados.

5.6.3. A **CONTRATADA** deverá elaborar o **Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR**, visando à preservação da saúde e integridade dos trabalhadores, considerando as características da **CONTRATANTE** e as atividades previstas, em conformidade com a Norma Regulamentadora vigente e enviá-lo ao Gestor deste contrato, em até **60 (sessenta) dias** a contar da emissão da Ordem de Início, bem como suas posteriores atualizações, sempre que necessário ou solicitado pela **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação das penalidades administrativas previstas no contrato.

5.6.4. A **CONTRATADA** deverá elaborar o **Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT**, considerando as características da **CONTRATANTE** e as atividades previstas, em conformidade com a Norma Regulamentadora vigente e enviá-lo ao Gestor deste contrato em até **60 (sessenta) dias** a contar da emissão da Ordem de Início, bem como suas posteriores atualizações, sempre que necessário ou solicitado pela **CONTRATANTE**, sob pena de aplicação das penalidades administrativas previstas no contrato.

5.6.5. A **CONTRATADA** deverá elaborar o **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO**, com o objetivo de promoção e preservação da saúde do conjunto dos seus trabalhadores, conforme determinado por Norma Regulamentadora vigente, e apresentar ao Gestor deste contrato juntamente com cópia dos **Atestados de Saúde Ocupacional – ASO** previstos, em até **10 (dez) dias** a contar da expedição da Ordem de Início e/ou em caso de substituição de funcionários, sob pena de aplicação das penalidades administrativas previstas no contrato.

5.6.5.1. A **CONTRATADA** deverá encaminhar ao Gestor do contrato as atualizações dos ASOs (periódicos, de retorno ao trabalho, de mudança de riscos ocupacionais e demissionais) sempre que estes forem emitidos ou atualizados, garantindo que nenhum funcionário atue nas dependências da **CONTRATANTE** com o ASO vencido.

5.6.5.2. A **CONTRATADA** deverá entregar, em **30 (trinta) dias** a contar da solicitação, à fiscalização da **CONTRATANTE** o Relatório Analítico do PCMSO, devidamente elaborado e assinado pelo médico do trabalho responsável, atestando o acompanhamento da saúde dos trabalhadores alocados na prestação do serviço.

5.6.6. A **CONTRATADA**, que está desobrigada de constituir CIPA neste estabelecimento, deverá designar um responsável pelo cumprimento dos objetivos da Norma Regulamentadora vigente em até **10 (dez) dias** a contar da expedição da Ordem de Início e/ou em caso de substituição de funcionários.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

5.6.6.1. O designado deverá receber treinamento, de no mínimo 20 horas, para formação de cipeiros e enviar cópia dos certificados ao Gestor desse contrato, em até **10 (dez) dias** a contar da conclusão do treinamento, bem como participar das reuniões da CIPA da **CONTRATANTE** em local e horário informados previamente.

5.6.7. Serão adotadas medidas especiais de controle de riscos para os trabalhos em altura, em estrita observância à NR-35.

5.6.7.1. Em atividade a mais de dois metros de altura em relação ao piso, deverá ser utilizado cinto de segurança tipo paraquedista, dotado de dispositivo de trava-queda, ligado a talabarte duplo e ancorado em ponto de ancoragem que atenda aos requisitos técnicos legais, sendo proibido o trabalho em altura de forma isolada.

5.6.8. O uso de máquinas e equipamentos nas atividades contratadas deve atender às determinações da Norma Regulamentadora vigente, sendo adotadas todas as medidas necessárias para evitar riscos em sua operação.

5.6.9. Por se tratar de manutenção em sistemas de climatização, os profissionais que realizarem intervenções em instalações elétricas deverão possuir o treinamento de Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade (NR-10), devendo a **CONTRATADA** fornecer as comprovações de proficiência e reciclagem válidas à fiscalização.

5.6.10. A observância desses itens não desobriga a **CONTRATADA** de atender outras exigências legais e acordos coletivos ora existentes, com intuito de assegurar o desenvolvimento das atividades em condições ideais de segurança, bem como apresentar todos os documentos que possam ser exigidos pela fiscalização do trabalho para cumprimento das Normas Regulamentadoras vigentes.

5.7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.7.1. Selecionar rigorosamente os trabalhadores que irão prestar serviços à **CONTRATANTE** e apresentar, com antecedência mínima de **2 (dois) dias úteis** a relação nominal dos selecionados, contendo, ainda os seguintes dados, individualmente discriminados:

- a)** Número do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;
- b)** Número da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
- c)** Filiação;
- d)** Naturalidade;
- e)** Endereço residencial.

5.7.2. Apresentar com antecedência mínima de **2 (dois) dias úteis**, relação especificada no item anterior, da forma nele definida, sempre que ocorrer qualquer alteração no quadro de trabalhadores a serviço nas instalações da **CONTRATANTE**, seja por motivo de substituição e inclusão.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 5.7.3.** Organizar as escalas dos trabalhadores, a fim de adequar as jornadas individuais ao limite definido no inciso XIII, do artigo 7º da Constituição Federal.
- 5.7.4.** Manter relógio de ponto mecânico, e proceder a efetiva marcação e controle de frequência às suas expensas, nas dependências da **CONTRATANTE**, para controle de frequência dos seus trabalhadores.
- 5.7.4.1.** A instalação do relógio de ponto mecânico dar-se-á impreterivelmente até a véspera do início da prestação de serviços, constante da Ordem de Início de Serviços.
- 5.7.4.2.** Incumbe à **CONTRATADA** apresentar diariamente à **CONTRATANTE** o relatório de frequência.
- 5.7.5.** Fornecer aos seus trabalhadores identificação funcional (crachá) contendo foto e cargo e, também jogos de uniformes, conforme subitem **4.4**, devendo estes, apresentar-se em perfeitas condições de uso.
- 5.7.6.** Zelar para que os trabalhadores do seu quadro, durante o serviço na Câmara Municipal de São Paulo apresentem-se corretamente uniformizados e portando a identidade funcional (crachá).
- 5.7.7.** Manter às suas custas, seus empregados sempre atualizados, por meio de **treinamentos, reciclagens, cursos de relações interpessoais, segurança no trabalho** e participação em eventos de caráter técnico, de acordo com a necessidade dos serviços e sempre que a **CONTRATANTE** entender conveniente.
- 5.7.8.** Orientar regularmente seus empregados acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de materiais e a racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos.
- 5.7.9.** Responder por todo e qualquer dano, ou prejuízo que venha a ser causado por seus trabalhadores à **CONTRATANTE** ou a terceiros, independentemente da apuração de culpa ou dolo, ação ou omissão, durante a prestação dos serviços, podendo ser descontado do(s) pagamento(s) subsequente(s) ao infortúnio, o valor do prejuízo apurado.
- 5.7.10.** Sujeitar-se a fiscalização por parte da **CONTRATANTE**, prestando todos os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às reclamações formuladas.
- 5.7.11.** Acatar as recomendações decorrentes de inspeções ou de observações dos agentes qualificados da **CONTRATANTE**, tomando as providências imediatas para corrigir falhas ou irregularidades apontadas em até 1 (um) dia útil.
- 5.7.12.** Responsabilizar-se pelas condições de segurança dos seus trabalhadores, sendo a única responsável por eventuais indenizações decorrentes de acidentes de trabalho, cabendo-lhe ainda, comunicar à **CONTRATANTE** a ocorrência de tais fatos, no mesmo dia da sua ocorrência.
- 5.7.13.** Responsabilizar-se às suas expensas pelo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, se o caso, conforme normas e regulamentos específicos de medicina e segurança do trabalho.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 5.7.14.** Em caso de greve ou qualquer outro motivo de caso fortuito ou força maior que prejudique ou impossibilite o transporte coletivo, em qualquer uma das suas modalidades, cabe à **CONTRATADA** responsabilizar-se, às suas expensas, pelo deslocamento de seus trabalhadores até as dependências da **CONTRATANTE**.
- 5.7.15.** A **CONTRATADA** fica responsável pelo pagamento e recolhimento dos encargos sociais vigentes de seus trabalhadores, tais como: salários, horas extras, adicionais noturnos, gratificações, décimo terceiro salário, adicionais de periculosidade, férias, ajuda de custo de alimentação e transporte, exames médicos admissionais e periódicos, contribuições previdenciárias e sindicais, fundo de garantia por tempo de serviço, impostos sobre serviços, indenizações trabalhistas, avisos prévios e demais obrigações legais.
- 5.7.16.** Arcar com todos os encargos sociais, previdenciários, fiscais, comerciais, trabalhistas e, também, com aquilo que for estabelecido em Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho das categorias de seus trabalhadores, bem como fornecer **vales transporte (inclusive Integração Ônibus + Metrô/CPTM, se o caso) e vales refeição**, sendo que, eventual inadimplência de qualquer uma destas exigências, de nenhuma forma implicará ônus e nem transferência de responsabilidade para a **CONTRATANTE**.
- 5.7.17.** Informar e encaminhar a **CONTRATANTE**, cópia atualizada da Convenção Coletiva da categoria seguida pela **CONTRATADA**, sempre que houver dissídio coletivo, ou quaisquer outras alterações, sujeitando-se a **CONTRATADA**, quando do não cumprimento dessa obrigação, às penalidades previstas no item **10**.
- 5.7.18.** Apresentar, independente de solicitação e junto com a correspondente nota fiscal, cópia dos impressos do espelho da folha de pagamento, exclusivamente resultantes da execução do contrato, do recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários, ficando a critério da **CONTRATANTE** solicitar cópia autenticada ou consulta aos documentos originais.
- 5.7.19.** Manter, durante toda a execução do Contrato, em face das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual.
- 5.7.20.** Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela **CONTRATANTE**.
- 5.7.21.** Compete ainda à **CONTRATADA** fazer com que as eventuais faltas dos funcionários designados para prestar serviços à **CONTRATANTE** sejam sempre cobertas por funcionários de idêntica função em relação aos faltantes, com idêntico piso salarial, devendo providenciar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a substituição de todos os funcionários que faltarem ao expediente do dia, sob pena de aplicação de glosa do respectivo valor, e multas.
- 5.7.22.** Os atrasos e as saídas antecipadas de cada funcionário em um dia de trabalho serão computados em horas e poderão ser compensados em dia posterior no mesmo mês, a critério da **CONTRATANTE**, mediante apresentação de acordo escrito firmado entre a **CONTRATADA** e seu funcionário, nos termos da lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

5.7.22.1. A não compensação das horas até o limite de 08 (oito) ou a transposição desse limite ensejará a aplicação da glosa do respectivo valor.

5.7.23. Substituir definitivamente, sempre que exigido pela **CONTRATANTE** e independentemente de justificativa, qualquer profissional alocado no posto de trabalho cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados, pela **CONTRATANTE**, prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público.

5.7.23.1. Fica vedado o retorno dos profissionais substituídos às dependências do **CONTRATANTE**, para cobertura de licenças, dispensas, suspensão ou férias de outros profissionais.

5.7.24. Na eventualidade do ajuizamento de reclamação judicial em que sejam rés a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE** e o autor(es) seja(m) ou tenha(m) sido trabalhador(es), do quadro da **CONTRATADA**, deverá ela, fornecer em tempo hábil, contados da citação, todos os subsídios necessários, inclusive documental, para que a **CONTRATANTE** possa formular a competente defesa, sob pena de multa e demais sanções contratuais e extracontratuais aplicáveis ao caso.

5.7.25. Na eventualidade do ajuizamento de reclamação judicial oriunda do presente contrato, e que envolva a **CONTRATADA**, deverá ela, manter a **CONTRATANTE** à margem do feito, declarando-se única e exclusiva responsável por todos os ônus que incidam sobre a **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, desde que decorrentes da citada lide. Inclusive invocando a ilegitimidade da Câmara Municipal de São Paulo e do Município de São Paulo nas hipóteses destas figurarem no polo passivo da demanda. Deverá a **CONTRATADA**, além disso, manter a **CONTRATANTE** informada sobre o andamento desses feitos.

5.8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.8.1. Efetuar o pagamento na forma convencionada no Contrato.

5.8.2. Proporcionar todas as facilidades para que a **CONTRATADA** possa desempenhar os serviços, por meio dos seus empregados, dentro das normas do Contrato.

5.8.3. Verificar se no desenvolvimento dos serviços está sendo cumpridas as disposições constantes neste Termo de Referência e também participar de soluções de eventuais problemas e de todos os atos que se fizerem necessários para a fiel execução dos serviços.

5.8.4. Não permitir que os profissionais executem tarefas em desacordo com as condições pré-estabelecidas neste Termo de Referência.

5.8.5. Efetuar, quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação dos serviços e o atendimento das exigências contratuais.

5.8.6. Comunicar à **CONTRATADA** toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução do serviço.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

5.8.7. Notificar à **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

5.8.8. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

5.9. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

5.9.1. A execução e fiscalização do contrato será cumprida pelo **Supervisor da Equipe de Zeladoria – SGA.33**, a fim de que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no instrumento de contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.9.2. As comunicações entre a **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** serão realizadas por escrito, através de mensagem eletrônica.

5.10. MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.10.1. O pagamento será efetuado **mensalmente** em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do ateste pela Supervisão competente, mediante requerimento protocolado junto à SGA.6 - Unidade Administrativa de Protocolo, localizada no Viaduto Jacareí, nº 100, 1º subsolo, Bela Vista, nesta Capital, dirigido ao Sr. Secretário Geral Administrativo e aos cuidados do **Senhor Supervisor da Equipe de Zeladoria – SGA.33**, acompanhado da(s) nota(s) fiscal(is) ou documento(s) hábil(eis), de acordo com a legislação vigente.

5.10.2. Na ocasião deverão ser atualizados os seguintes documentos, se vencidos: Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e Pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à dívida da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certificado de Regularidade do FGTS – (CRF); Certidão Unificada por CPF/CNPJ Raiz e documento de consulta ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, em obediência ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei Municipal nº 14.094/05.

5.10.3. O pagamento efetuado com atraso por culpa exclusiva **da CONTRATANTE**, terá o valor do principal reajustado pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer nos termos do Ato da Câmara Municipal de São Paulo nº 1401, publicado no DOC da Cidade de São Paulo, de 10 de maio de 2018.

6. VIGÊNCIA

- 6.1.** A vigência do Contrato terá como termo inicial a data de sua assinatura, e terá duração de 1 (um) ano, prorrogáveis por iguais ou inferiores períodos, limitado a 10 (dez) anos, a critério **da CONTRATANTE**, de acordo com a legislação em vigor.

7. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1.** As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato onerarão a(s) dotação(ões) orçamentária(s) nº(s) **09.10.01.122.4001.2.100.3.3.90.37.00 – Locação de Mão-de-Obra** e serão suportadas pela(s) Nota(s) de Empenho correspondente(s) emitida(s) pela autoridade competente. Para o exercício de 2027, as despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da mesma verba, e serão incluídas no orçamento do referido exercício.

8. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1.** Recomenda-se não admitir a participação de consórcio, tendo em vista que se trata de serviço de mão de obra e não restringirá a competitividade do certame, dado haver inúmeras licitantes em potencial para o fornecimento do objeto da presente licitação.

- 8.2.** O fornecedor será selecionado por meio de disputa sob o critério de julgamento “menor preço”.

- 8.3.** Para fins de **seleção da proposta** haverá as seguintes condições:

8.3.1. A descrição do objeto deve atender a todas as características exigidas nestes Termo de referência;

8.3.2. A proposta deve indicar a validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.

8.4. VISTORIA

8.4.1. Para efeito de elaboração da proposta, a vistoria será facultativa e a licitante poderá inspecionar os locais onde serão realizados os serviços referentes ao objeto deste edital, bem como os detalhes inerentes à execução, devendo ser agendada de acordo com as informações constantes no preâmbulo deste edital.

8.4.2. A vistoria poderá ser realizada por responsável integrante do quadro da licitante ou pessoa portando identificação e qualificada por ela.

8.4.3. A vistoria será feita à custa da licitante interessada em participar do processo licitatório, não cabendo pleito posterior de indenização por despesas realizadas durante a vistoria ou com qualquer outro trabalho que a licitante tenha realizado para poder participar do certame.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

8.4.4. É de absoluta responsabilidade das futuras **CONTRATADAS** a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais para execução dos serviços.

8.5. Para **fins de habilitação**, serão analisadas:

8.5.1. Habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico financeira por meio dos documentos elencados no Edital.

8.5.2. Para **qualificação técnica** serão exigidos:

8.5.2.1. Atestado(s) de Capacidade Técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, no qual se indique que a empresa já prestou serviços compatíveis com a descrição deste Anexo, ou seja, serviços de manutenção de ar condicionado, com dedicação exclusiva de mão de obra, de acordo com a parcela de maior relevância destacada a seguir:

8.5.2.2. Considerar-se-á compatível com o objeto licitado a prestação de serviços de manutenção de ar-condicionado, por período não inferior a 12 (doze) meses, de, no mínimo, 200 (duzentos) aparelhos de ar condicionado.

8.5.2.3. O(s) atestado(s) / certidão(ões) deverá(ão) ser apresentado(s) com timbre do emissor e assinado(s) por autoridade ou representante de quem o(s) expediu, com a devida identificação completa do órgão e do representante que o(s) subscreve(m).

8.5.2.4. Caso a pessoa jurídica proponente pretenda utilizar atestado(s) de qualificação técnica, ou outro(s) documentos(s) referente(s) aos bens fornecidos à Câmara Municipal de São Paulo, deverá providenciar o(s) referido(s) atestado(s) ou documento(s) junto à Unidade competente para apresentação no certame.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O valor estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

9.1.1. A publicação do orçamento estimado da contratação ocasionaria o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência da Administração. Além disso, induziria certos licitantes a elaborar suas propostas com base no orçamento estimado pela Administração, o que nem sempre corresponderão à suas realidades econômico-financeiras, ocasionando reflexos na execução do contrato

9.2. O valor estimado da contratação seguirá seguinte métrica:



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Código Compras.gov: 2771				
FUNÇÃO	QTDE	Valor Unitário Mensal*	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
Encarregado Mecânico de Refrigeração e Climatização	01			(A)
Mecânico de Refrigeração e Climatização	03			(B)
Auxiliar Mecânico de Refrigeração e Climatização	03			(C)
*Deverá ser observada a qualificação salarial disposta no subitem 4.3.1				
Valor Total Anual da Mão de Obra: (D) = [(A)+(B)+(C)]				(D)
Valor estimado dos serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar, conforme <u>Anexo Único</u> do Termo de Referência. (obs.: valor deve ser LIMITADO A ATÉ 10% do valor total anual da mão de obra): $(E) \leq (D) \times 10\%$				(E)
Valor estimado para fornecimento de peças de reposição				R\$ 50.000,00 (F)
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (VALOR ANUAL GLOBAL ESTIMADO) <u>OBS.: VALOR A SER LANÇADO NO SISTEMA COMPRAS.GOV</u>			= (D) + (E) + (F)	

10. SANÇÕES

10.1. Além das penalidades previstas no Edital, o descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas importará na aplicação das seguintes penalidades:

10.1.1. Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no início da prestação dos serviços, conforme o prazo previsto no item **5.2.1**, limitado ao máximo de 10 (dez) dias, findo o qual poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos **subitens 10.1.2.1, 10.1.4, 10.1.6 e/ou 10.1.7**.

10.1.2. Multas conforme graus e condutas dispostas nas tabelas 1 e 2 abaixo, durante a vigência do presente Termo de Contrato.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal dos postos de trabalho
2	0,4% do valor mensal dos postos de trabalho
3	0,8% do valor mensal dos postos de trabalho
4	1,5% do valor mensal dos postos de trabalho

TABELA 2			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
01	Deixar de iniciar, suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	4	Por dia, limitado a 10 (dez) dias.
02	Deixar de atender o disposto no item 3.9	3	Por dia, limitado a 10 (dez) dias
03	Deixar de apresentar a comprovação prevista no subitem 4.2.3.2.1	4	Por dia de atraso, limitado a 05 (cinco) dias.
04	Deixar de atender o disposto no subitem 4.3.4	4	Por ocorrência.
05	Deixar de cumprir o previsto no subitem 4.4.2	2	Por não atendimento
06	Deixar de cumprir o previsto no subitem 4.4.5	1	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
07	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 4.5.1, 4.5.2 e 5.5.1	2	Por ocorrência
08	Deixar de cumprir o previsto no subitem 5.4.1	3	Por ocorrência
09	Deixar de cumprir o previsto no subitem 5.4.4.2	2	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
10	Deixar de cumprir o previsto no subitem 5.4.5	2	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
11	Deixar de atender o previsto no subitem 5.6.2	2	Por não atendimento
12	Deixar de atender o previsto nos subitens 5.6.3, 5.6.4, 5.6.5, 5.6.6, 5.6.6.1 e 5.6.5.2.	2	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
13	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 5.6.7 e 5.6.8	2	Por não atendimento
14	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 5.7.1 e 5.7.2	3	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
15	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 5.7.4, 5.7.4.2 e 5.7.5	1	Por ocorrência e por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
16	Deixar de cumprir o previsto no subitem 5.7.11	2	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
17	Deixar de atender o disposto no subitem 5.7.17	3	Por não atendimento
18	Deixar de atender o disposto no subitem 5.7.16	3	Por dia e ocorrência
19	Deixar de atender o disposto no subitem 5.7.21	3	Por funcionário e dia
20	Deixar de atender o disposto no subitem	1	Por ocorrência



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

	5.7.22		
21	Deixar de atender ao disposto no subitem 5.7.23	3	Por não atendimento
22	Deixar de atender ao disposto nos subitens 5.7.24 e 5.7.25	3	Por ocorrência
23	Deixar de regularizar a documentação prevista no subitem 5.10.2 , no prazo indicado na notificação.	1	Por dia.
24	Deixar de cumprir os prazos previstos nos subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Anexo Único	2	Por dia, limitado a 10 (dez) dias

10.1.2.1. A partir da 3ª (terceira) reincidência no mesmo item referente à **Tabela 2**, à multa prevista na **Tabela 1**, a Unidade Gestora poderá acrescentar 50% (cinquenta por cento).

10.1.2.2. A Unidade Gestora poderá, a critério e desde que conveniente à **CONTRATANTE**, reduzir pela metade o valor da multa, em caso de primeira infração contratual praticada pela **CONTRATADA**

10.1.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do ajuste ou outra irregularidade havida no cumprimento do avençado, por culpa da **CONTRATADA**.

10.1.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total.

10.1.5. A inexecução parcial do Contrato poderá ser configurada, a critério da Unidade Gestora, entre outras, na ocorrência de pelo menos uma das seguintes situações:

GRAU	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES
1	05 ou mais
2	05 ou mais
3	05 ou mais
4	03 ou mais

10.1.6. Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do Município de São Paulo pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).

10.1.7. Declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da Mesa da **CONTRATANTE**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.2. As multas previstas nestas cláusulas e demais sanções legais são independentes.

10.2.1. No caso de reincidência da(s) conduta(s) prevista(s) no(s) subitem(s) **10.1.2** poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos subitens **10.1.3**, **10.1.4**, **10.1.6** ou **10.1.7**.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

ANEXO ÚNICO DO TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

OBJETO: Prestação de serviços, por demanda, de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica da qualidade do ar.

1. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1.1 Os serviços deverão ser realizados nas seguintes áreas:

ITEM	ÁREA	EQUIPAMENTOS	LOCALIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE DE DUTOS
1	Salão Nobre President e João Brasil Vita	- Condicionadores de ar HITACHI do tipo Multisplit, condensação de ar, com descarga horizontal através de ventilador centrífugo (30TR).	9º andar	210 metros lineares
2	Plenário 1º de Maio e TV Câmara	- 02 unidades Condicionador de ar TRENE do tipo split system, condensação ar, descarga vertical através de ventilador centrífugo (40TR) - Conjuntos de condicionadores de ar Carrier tipo Split System sendo: 02 conjuntos horizontais e 02 conjuntos verticais com condensadores remotos centrífugos com descargas de ar horizontal (60TR) - Condicionador de ar Carrier tipo Split System, de embutir para duto e condensadora com descarga de ar horizontal (36.000btus)	3º andar	420 metros lineares
3	Secretaria Assistenci a à Saúde – SGA.8	- Condicionador de ar Carrier tipo multi Split sendo: 01 conjunto evaporador vertical e 02 conjuntos condensadores tipo axial e 01 exaustor e mais 01 insuflador axiais. (30TR)	1º subsolo	105 metros lineares

1.2 A prestação do serviço deverá conter no mínimo as seguintes etapas:



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

1.2.1 Inspeção visual inicial para verificação do estado de higiene das áreas a serem higienizadas, com documentação em fotos em cores, a serem entregues a **CONTRATANTE** em mídia digital;

1.2.2 Execução da limpeza dos 735 m (setecentos e trinta e cinco metros lineares) de dutos por meio de escovação mecânica realizada por equipamento robotizado, ou de sopro de ar comprimido seco, visando evitar qualquer tipo de dano às áreas a serem higienizadas.

1.2.2.1 Higienização e remoção de todos os contaminantes e depósitos impróprios dos componentes do sistema de climatização, incluindo, onde necessário:

- Superfície interna dos dutos de insuflamento, retorno e ar exterior;
- difusores, grelhas e acessórios;
- tomadas de ar exterior, incluindo venezianas e registros;

1.2.3 Execução de outros serviços vinculados à qualidade do ar, incluindo recuperação e adaptação dos sistemas de climatização às exigências do Ministério da Saúde;

1.2.4 Apresentação de relatório final, conforme item **8.1** deste **Anexo Único**.

1.3 A quantidade estimada do serviço sob demanda de que trata este **Anexo Único** do Termo de Referência é de uma (01) vez ao ano.

2. ABERTURA PARA ACESSOS NA REDE DE DUTOS

2.1 As aberturas para acesso na rede de dutos devem obedecer aos subitens abaixo:

2.1.1 Aberturas no forro: a **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE** devem definir em conjunto o procedimento para a execução e posterior recomposição das aberturas nos forros, caso sejam necessárias para obter acesso à rede de dutos e componentes do sistema de condicionamento de ar.

2.1.2 Aberturas na rede de dutos: a **CONTRATADA** deve identificar, localizar e utilizar as aberturas de acesso existentes, sempre que possível. Caso necessário, novas aberturas devem ser feitas nos dutos para permitir a higienização interna de toda a rede. Recomenda-se que as aberturas de acesso possuam localização e espaçamentos definidos de modo a permitir os serviços de higienização, considerando os critérios, tais como: as dimensões dos dutos, a presença de acessórios e componentes que dificultem estes serviços, a metodologia de higienização, entre outros.

2.1.3 Caso sejam realizadas novas aberturas, estas devem ser executadas de forma que possam ser adequadamente tampadas e vedadas, restabelecendo a

integridade e estanqueidade originais dos dutos. As técnicas de realização das novas aberturas não podem comprometer a integridade mecânica e a estrutura de sustentação da rede de dutos.

2.1.4 O fechamento das aberturas na rede de dutos deve manter-se isolados, de forma a prevenir perdas ou ganhos de calor e evitar a condensação em sua superfície, tomando-se os devidos cuidados para que sejam reconstituídos o isolamento térmico e a barreira de vapor original do duto.

2.1.5 Não podem ser realizadas aberturas em dutos flexíveis. Estes devem ser desconectados em suas extremidades, removidos para verificação e limpeza apropriadas, e reinstalados mantendo as características de estanqueidade e de isolamento térmica originais, ou se necessário, substituídos.

3. PROCEDIMENTOS DE HIGIENIZAÇÃO DOS DUTOS

3.1 Os procedimentos de limpeza e higienização da rede de dutos devem atender os subitens abaixo:

3.1.1 É de responsabilidade da **CONTRATADA** selecionar os métodos de remoção dos poluentes para limpeza dos dutos de ar. A limpeza deverá ser executada pelo processo de escovação mecânica e/ou sopro de ar comprimido seco, conjugado com o processo de aspiração, em todas as partes do sistema, conforme consta no subitem **1.2.2** deste **Anexo Único**.

3.1.2 Os equipamentos de higienização dos dutos devem estar limpos e descontaminados antes de serem iniciados os serviços.

3.1.3 A higienização deve ser executada sempre no sentido do fluxo de ar para evitar a contaminação dos dutos limpos, no caso da utilização do sistema nos intervalos das etapas da higienização.

3.1.4 A **CONTRATADA** deve limpar todos os acessórios da rede de dutos, removendo-os quando possível, incluindo defletores, registros, grelhas, difusores, caixas VAV e outros.

3.1.5 A **CONTRATADA** deve colocar mantas filtrantes provisórias no mínimo classe G1 nas bocas de ar, para garantir que o material particulado residual nos dutos não se disperse no ambiente, devendo estes filtros provisórios permanecerem instalados por sete dias após a conclusão dos serviços.

3.1.6 Não pode ser utilizado qualquer método que possa danificar o sistema ou afetar a sua integridade.

3.1.7 Elementos de isolamento acústico ou térmico, de material fibroso, presentes em qualquer parte interna da rede de dutos ou dos equipamentos devem ser limpos de maneira a não provocar a liberação de fibras nos ambientes. A

metodologia empregada deve ser de aspiração destas superfícies ou sopro de ar comprimido seco. Se houver qualquer evidência de dano, deterioração, delaminação umidade ou fungos no material de isolamento, sendo a sua recuperação impossível, deve ser recomendado à **CONTRATANTE** a sua substituição.

3.1.8 Não pode haver qualquer emanção de poeiras, gases, vapores nocivos ou odores originados na rede de dutos, após a ocupação dos recintos.

3.1.9 Os equipamentos de coleta de resíduos devem ter capacidade suficientes para manter todos os trechos de dutos que estão sendo higienizados sob pressão negativa e garantir velocidade de arraste mínima compatível com a forma e a massa do material particulado a ser removido.

3.1.10 Dentro de ambientes interiores o equipamento de coleta de resíduos deve ser equipado com o sistema de filtragem HEPA, com filtro(s) H13, conforme classificação da EM 1822, ou de melhor eficiência.

4. DIAGNÓSTICO DA QUALIDADE DO AR

4.1 A **CONTRATADA** deverá realizar a coleta de material e análises microbiológicas dos sistemas de climatização, após o término dos serviços, sendo os locais determinados pela Fiscalização juntamente com a **CONTRATADA**, com amostras retiradas dos seguintes pontos de coleta (ao menos uma de cada ponto):

- ar ambiente;
- ar de mistura;
- ar de retorno;
- ar de insuflamento;
- material particulado do interior dos dutos;
- ar externo (apenas uma amostra);
- medições de CO₂;
- aerodispersóides;
- velocidade do ar, umidade e temperatura.

4.2 Será adotada a NBR 17037, como parâmetro de avaliação e aceitação dos serviços. A análise deverá ser executada por contagem diferencial e identificação das colônias confluentes. Os resultados de análise do ar devem ser fornecidos em ufc/m³. O índice máximo admitido é de 750 ufc/m³ para ar. O resultado do ar externo deverá ser comparado com o ar ambiente interno dos sistemas analisados, de modo a atender a

expressão do valor máximo relativo (ar ambiental interior = ar ambiental exterior x 1,5).

- 4.3** A aceitação dos serviços e respectivo pagamento por parte da **CONTRATANTE** estão condicionados aos resultados das análises realizadas ao término da limpeza e higienização dos dutos. Caso sejam recusados, os serviços deverão ser refeitos, assim como os diagnósticos, até sua aceitação. Todos os custos das repetições dos serviços e diagnósticos, serão de responsabilidade da **CONTRATADA**.
- 4.4** As amostragens de ar deverão ser efetuadas com equipamento impactador de cascata. A coleta deverá ser executada por captação do ar em placas de Pétri em meio nutritivo próprio para fornecer um resultado quantitativo e qualitativo da amostra.
- 4.5** A responsabilidade técnica pelas análises laboratoriais realizadas deverá estar desvinculada da responsabilidade técnica pela realização dos serviços de limpeza e manutenção dos sistemas de climatização. O profissional responsável pelas análises deve ser habilitado para tal, sendo necessário apresentar comprovação pela firma proponente.

5. AÇÕES COMPLEMENTARES

- 5.1** Caso tenha sido identificada a existência de algum agente patogênico durante as ações de avaliação prevista no item **4** deste **Anexo Único**, e/ou após a execução dos serviços de higienização, devem ser adotadas as seguintes ações complementares:
- 5.1.1** Uso de produtos químicos específicos para sua neutralização devem ser prescritos por profissional habilitado. Estes devem constar na lista de produtos notificados ou registrados pela ANVISA. É vedada a utilização de produtos saneantes na ausência de certificação pela ANVISA ou órgãos por ela indicados.
- 5.1.2** Uso de outras tecnologias comprovadamente eficientes e seguras que visem a sua eliminação.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1** Viabilizar o isolamento dos espaços necessários à realização dos serviços contratados, mediante solicitação prévia da **CONTRATADA** e definição pela mesma do tempo necessário para a execução do objeto.
- 6.2** Fornecer pontos de energia elétrica para ligação dos equipamentos de higienização e pontos de água corrente para limpeza dos componentes do sistema de condicionamento de ar.
- 6.3** Fornecer acesso seguro a todos os componentes do sistema a ser higienizado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 6.4 Notificar a **CONTRATADA** quando detectadas irregularidades na execução do serviço.
- 6.5 Acompanhar a execução dos serviços designando servidor(es) para Fiscalização.
- 6.6 Prestar esclarecimentos à **CONTRATADA** quando solicitado.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 7.1 Fornecer todos os equipamentos e insumos necessários para a adequada realização dos serviços contratados.
- 7.2 Verificar as condições dos locais de execução do objeto, observando suprimento de água, pontos de energia, horários de acesso, guarda de equipamentos e produtos, segurança e qualquer outro aspecto que mereça especial atenção para o melhor desenvolvimento dos serviços.
- 7.3 Avaliar detalhadamente os locais de execução do objeto para determinar a melhor sequência de trabalho a ser adotada, escolhendo trechos a serem isolados e acessos para a introdução dos equipamentos necessários.
- 7.4 Cumprir com todas as exigências municipais, estaduais e federais aplicáveis relacionadas à saúde e segurança dos usuários do edifício, dos profissionais da **CONTRATADA** e do meio ambiente. Não podem ser empregados processos ou materiais que possam trazer riscos para a saúde dos ocupantes
- 7.5 Assumir inteira e integral responsabilidade civil e administrativa pela execução dos serviços, correndo por sua conta o ônus dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributos, seguros contra acidentes do trabalho, bem como de indenizar todo ou qualquer dano ou prejuízo pessoal ou material que possam advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades.
- 7.6 Empregar apenas mãos de obra qualificada para a realização do serviço, garantindo que seus funcionários tenham recebido treinamento compatível com o quanto contratado, notadamente para operar os equipamentos especializados e utilizar os produtos necessários.
- 7.7 Utilizar produtos químicos adequados, devidamente registrados ou notificados no Ministério da Saúde e de acordo com as recomendações do fabricante, fornecendo ficha técnica e Ficha de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ).
- 7.8 Responsabilizar-se pela destinação final de todos os resíduos, contaminantes ou não, decorrentes da prestação do serviço realizado.
- 7.9 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, quaisquer danos causados aos equipamentos da **CONTRATANTE** durante a execução dos serviços.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 7.10** Remover e reinstalar placas de forro dos dutos e das chapas dos dutos, no mesmo material encontrado no local, para obter acesso aos sistemas de ar-condicionado e rede de dutos.
- 7.11** Manter seus empregados uniformizados e facilmente identificáveis enquanto permanecer nas dependências da **CONTRATANTE**.
- 7.12** Fornecer e fiscalizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) pelos seus funcionários.
- 7.13** Realizar a higienização da área correspondente ao Departamento Médico (SGA.8) em consonância com a NBR 7256 e legislação correlata, no que couber, atentando-se a quaisquer exigências normativas relacionadas ao ambiente ambulatorial.
- 7.14** Executar os serviços de forma que a mobilização de equipamentos, o transporte de materiais e quaisquer outras atividades inerentes ao objeto não prejudiquem a circulação de pessoas e a atividade fim da **CONTRATANTE**, sempre em comunicação com o servidor designado pela **CONTRATANTE** para fiscalização.
- 7.15** Cumprir os prazos estabelecidos neste Termo de Referência, devendo comunicar previamente a **CONTRATANTE** em caso de impossibilidade ou atraso no atendimento para solicitar prorrogação dos mesmos.
- 7.16** Observar as prescrições da NBR 17037 (ou outras que as substituïrem), bem como as outras Normas pertinentes da ABNT sobre os padrões referenciais de qualidade do ar, tudo em conformidade com o que determina a Lei Federal nº 13.589 de 4 de janeiro de 2018.

8. CONDIÇÕES DE ENTREGA E PAGAMENTO

- 8.1** Depois de realizados os serviços contratados, deverá a **CONTRATADA** emitir relatório conclusivo sobre a execução do objeto, acompanhada do laudo de avaliação microbiológica final.
- 8.2** O pagamento dos serviços será efetuado conforme item **4.3**, sendo o valor dos serviços limitado em até 10% (dez por cento) do valor total anual da mão de obra, conforme discriminação de valores contidos no item **9.2** do Termo de Referência.

9. PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

- 9.1** A execução dos serviços deverá ser feita preferencialmente no horário das 20h às 7h de segunda a sexta-feira, ou finais de semana, ressalvado casos excepcionais ou de emergência, sempre em comum acordo com a **CONTRATANTE**.
- 9.2** Os prazos para entrega dos serviços são:
 - 9.2.1** Até 15 (quinze) dias corridos, a partir da emissão da Ordem de Início para entrega dos serviços de limpeza e higienização dos dutos.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

9.2.2 A **CONTRATADA** terá o prazo de até 40 (quarenta) dias corridos, a partir da emissão da Ordem de Início para entrega do laudo de análise microbiológica, conforme item **4** deste **Anexo Único**.

10. SANÇÕES

10.1 Além das penalidades previstas no Edital, o descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas neste Anexo importará na aplicação das penalidades previstas no item **10.1.2** do Termo de Referência.



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS E DECLARAÇÕES

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2026/00184

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar-condicionado, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e insumos, e serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

Código Compras.gov: 2771				
FUNÇÃO	QTDE	Valor Unitário Mensal*	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
Encarregado Mecânico de Refrigeração e Climatização	01			(A)
Mecânico de Refrigeração e Climatização	03			(B)
Auxiliar Mecânico de Refrigeração e Climatização	03			(C)
*Deverá ser observada a qualificação salarial disposta no subitem 4.3.1				
Valor Total Anual da Mão de Obra: (D) = [(A)+(B)+(C)]				(D)
Valor estimado dos serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar, conforme <u>Anexo Único</u> do Termo de Referência. (obs.: valor deve ser LIMITADO A ATÉ 10% do valor total anual da mão de obra): (E) ≤ (D)*10%				(E)
Valor estimado para fornecimento de peças de reposição				R\$ 50.000,00 (F)
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (VALOR ANUAL GLOBAL ESTIMADO) <u>OBS.: VALOR A SER LANÇADO NO SISTEMA COMPRAS.GOV</u>			= (D) + (E) + (F)	

(*) Obs.: O valor a ser lançado no sistema é o **VALOR GLOBAL ANUAL ESTIMADO DA PROPOSTA**.

(**) **Obs.:** Deverão acompanhar a proposta o **Anexo II-A (Planilha de Custos e Formação de Preços)**, o e do **comprovante do FAP-WEB**, bem como, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

(***) Se for o caso, deverão também acompanhar a proposta os **ANEXOS II-B – (Modelo de Declaração de Apuração do Percentual Médio do PIS/COFINS)**, referente aos doze últimos meses e **II-C – Modelo de Declaração de representação sindical**.

(****) **Obs.:** As remunerações previstas deverão cumprir as seguintes condições do item 4.3 do **Anexo I – Termo de Referência**.

1. O valor estimado para fornecimento de peças de reposição (item F) não deverá ser alterado.
2. **Convenção Coletiva** utilizada (conforme item 5.19.4.4 do Edital): _____ (indicar a CCT)
3. O preço compreende todos os custos necessários ao fornecimento do objeto desta licitação, inclusive os referentes a seguro, despesas trabalhistas e previdenciárias, impostos, taxas, emolumentos, fretes e quaisquer outras despesas necessárias à sua correta execução de modo que nenhuma outra remuneração seja devida além do preço proposto.
4. **Validade da proposta:** 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da apresentação das propostas.
5. Caso haja o vencimento da validade da proposta sem que a licitação tenha sido adjudicada e/ou homologada, esta fica automaticamente prorrogada por idêntico período, exceto se houver manifestação contrária formal da licitante, encaminhada por e-mail para cjl@saopaulo.sp.leg.br, caracterizando seu declínio em continuar na licitação.
6. Declaro que a empresa abaixo qualificada não possui inscrição no Cadastro de Empregadores Flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos termos da Portaria Interministerial MTE/SDH nº 4, de 11/05/2016.
7. Declaro que a empresa abaixo qualificada não foi condenada por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta a previsão dos arts. 1º e 170 da Constituição Federal de 1.988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017/2004 (promulgada o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT nos arts. Nº 29 e 105.
8. Declaro que a empresa abaixo qualificada COMPROMETE-SE com a prática do “Trabalho Decente”, que, para efeitos desta Declaração, considera-se um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação, e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que

vivem de seu trabalho, em consonância com os princípios constitucionais e com estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho na Convenção 151 e na Recomendação 159, bem como o estabelecido pelas normas trabalhistas brasileiras.

9. Declaro que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas (§ 1º do art. 63 da Lei 14.133/2022).

10. Declaro que a empresa abaixo qualificada possui a atividade econômica preponderante "_____", razão pela qual se enquadra sindicalmente no âmbito das entidades _____ (sindicato patronal) e _____ (sindicato profissional), tendo adotado, para elaboração de sua proposta e composição dos custos de mão de obra, o instrumento coletivo de trabalho _____ (Convenção Coletiva de Trabalho). Declara, ainda, que tal instrumento é compatível com as funções a serem executadas no objeto da contratação, que todos os custos decorrentes de sua aplicação foram devidamente considerados na proposta apresentada.

11. Declaro que a empresa abaixo qualificada está regulamente vinculada ao Sindicato _____, e é integralmente responsável pela veracidade das informações prestadas quanto ao seu regular enquadramento sindical, por eventuais erros ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado, e por qualquer ônus decorrente de reenquadramentos que ocorram durante a vigência contratual, aplicando-se as sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/21 em caso de irregularidades.

12. Declaro que vistoriei minuciosamente os locais para a prestação dos serviços constantes e tomamos conhecimento das reais condições de execução dos serviços;

Ou

12. Declaro ter pleno conhecimento do objeto do pregão em epígrafe através do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos, dispensando a necessidade da vistoria "in loco" prevista neste Edital. Declaro, ainda, que nos responsabilizamos pelo não comparecimento e por eventuais ocorrências de prejuízos. Declaro, por fim, que nos foi dado acesso às dependências da Câmara Municipal de São Paulo, através de cláusula expressa no Edital e anexos, ao qual declinamos por entender que temos conhecimento suficiente para a prestação dos serviços com as informações constantes do Termo de Referência e Edital.

13. Declaro estar de pleno acordo com todos os termos do edital referente ao Pregão nº **07/2026**.

14. Declaro, ainda, que estamos em condições de atender todas as exigências contidas no **Anexo I - Termo de Referência - Especificações** Técnicas do edital.

São Paulo, ____ de _____ de 2026.



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Assinatura do responsável

Nome legível:

Pessoa Jurídica:

RG:

CPF:

CNPJ:

Telefone:

E-mail:



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

ANEXO II-A - MODELO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2026/00184

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de **serviços de** manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e insumos, e serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

O modelo de planilha em formato “*.xls” está disponibilizado no Portal Transparência da Câmara Municipal de São Paulo:

<https://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/licitacoes-e-contratos/editais-em-aberto/>



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

**ANEXO II-B DA PROPOSTA DE PREÇOS - MODELO DE DECLARAÇÃO DE APURAÇÃO DO
PERCENTUAL MÉDIO DO PIS/COFINS REFERENTE AOS DOZES ÚLTIMOS MESES**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2026/00184

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de **serviços** de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e insumos, e serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao solicitado no item **4.5.1** do Edital Pregão Eletrônico n.º 07/2026, a EMPRESA _____, com sede no _____, nº _____, cidade _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, neste ato representada por _____, declara:

Apuração do percentual médio de recolhimento do PIS referente aos 12 últimos meses

MÊS	FATURAMEN TO MENSAL (A)	CONTRIBUIÇÃ O APURADA (B = A X 1,65%)	CRÉDITO DESCONTAD O (C)	CONTRIBUIÇÃ O DEVIDA (D=B-C)	PERCENTUA L EFETIVO (E = D/A)
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO:					



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Apuração do percentual médio de recolhimento do COFINS referente aos 12 últimos meses

MÊS	FATURAMENTO MENSAL (A)	CONTRIBUIÇÃO APURADA (B = A X 7,60%)	CRÉDITO DESCONTADO (C)	CONTRIBUIÇÃO DEVIDA (D=B-C)	PERCENTUAL EFETIVO (E = D/A)
PERCENTUAL MÉDIO DO PERÍODO:					

São Paulo, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

**ANEXO II-C DA PROPOSTA DE PREÇOS - MODELO DE DECLARAÇÃO DE
REPRESENTAÇÃO SINDICAL**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2026/00184

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de **serviços de** manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e insumos, e serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar, conforme especificações constantes do **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

O [NOME DO SINDICATO], pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob nº ____, com sede à ____, neste ato representado por seu Presidente/Diretor ____, declara, para os devidos fins, que:

Nos termos do art. 8º da Constituição Federal e do art. 511 da CLT, é entidade sindical representativa da categoria profissional vinculada à atividade preponderante da empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ nº ____;

A Convenção Coletiva de Trabalho firmada por esta entidade com o respectivo sindicato patronal é aplicável a todos os empregados da referida empresa, ainda que tal função não conste expressamente no rol exemplificativo de cargos descritos na CCT;

Os trabalhadores contratados pela empresa, ainda que alocados em contrato de terceirização junto a órgãos públicos ou privados, encontram-se regularmente abrangidos pela representação sindical desta entidade, fazendo jus a todos os direitos, benefícios e assistências previstos na Convenção Coletiva vigente;

Esta entidade sindical compromete-se a prestar integral atendimento e assistência sindical aos referidos trabalhadores, nos termos da legislação trabalhista e estatuto social.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração para que produza seus efeitos jurídicos.

São Paulo, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ANEXO III - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ____/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO E _____.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**, com sede no Viaduto Jacareí, nº 100, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob nº 50.176.288/0001-28, neste ato representada por seu Presidente e demais membros da Egrégia Mesa Diretora que firmam o presente termo, adiante designada simplesmente **CONTRATANTE** e _____, com sede na _____, CEP _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representada por _____, portador (a) da cédula de identidade RG nº _____ e do CPF/MF nº _____, adiante designadas simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si ajustado o presente **CONTRATO**, em consonância com o Processo **CMSP-PAD-2026/00184**, **Pregão nº 07/2026**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores e do Decreto Municipal 62.100/22, mediante as condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1 Constitui objeto deste termo de contrato a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar-condicionado, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e insumos, e serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar, conforme descrições, condições e quantidades constantes do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas, parte integrante do edital.
- 1.2 A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem neste termo de contrato, nos limites estabelecidos em lei.
- 1.3 Considera-se parte integrante do presente termo de contrato o edital do **PREGÃO nº 07/2026** e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

- 2.1 Os prazos e condições da prestação dos serviços são os constantes no **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do edital.
- 2.2 A **CONTRATADA** deverá iniciar a prestação dos serviços em até **5 (cinco) dias úteis** a partir da emissão da Ordem de Início – **Anexo V – Modelo de Ordem de Início de Serviços** pela **CONTRATANTE**.
- 2.3 Caberá ao encarregado da **CONTRATADA** o acompanhamento direto dos seus trabalhadores, devendo realizar o controle de frequência e providenciar substituições ou



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

remanejamentos, com a devida anuência da Supervisão da **UNIDADE REQUISITANTE**, de modo a não ocorrer solução de continuidade na prestação do serviço.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1 Compete à **CONTRATADA**, além das obrigações constantes no **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do edital:

3.1.1 Executar os serviços e fornecer os materiais necessários, conforme especificado neste Termo.

3.1.2 A equipe de trabalho da **CONTRATADA** deverá fazer uso obrigatoriamente dos Equipamentos de Proteção Individuais – EPI, bem como observar conduta adequada na utilização dos materiais de consumo, peças de reposição, ferramentas equipamentos, conforme indicações dos fabricantes, objetivando correta execução dos serviços;

3.1.3 Cumprir fielmente os compromissos avençados, de forma que a prestação dos serviços seja efetuada com perfeição;

3.1.4 Apresentar Nota Fiscal ou documento hábil, de acordo com a legislação vigente comprovando a prestação dos serviços, contendo necessariamente a descrição;

3.1.5 Acatar as recomendações decorrentes de inspeções ou de observações dos agentes qualificados da **CONTRATANTE**, tomando as providências imediatas para corrigir falhas ou irregularidades apontadas;

3.1.6 Não subcontratar, ainda que parcialmente, o objeto do presente contrato, salvo com a expressa anuência da **CONTRATANTE** e, neste caso, sempre dentro dos limites legais, sendo vedada a subcontratação total do objeto;

3.1.6.1 A fusão, cisão ou incorporação devem ser comunicados à **CONTRATANTE** para que esta delibere sobre a manutenção do contrato, sendo essencial para tanto que a nova pessoa jurídica comprove atender a todas as exigências de habilitação previstas no edital.

3.1.7 Manter, durante toda a execução do contrato, em face das obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de rescisão contratual;

3.1.8 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela **CONTRATANTE**.

3.1.9 Informar e encaminhar à **CONTRATANTE**, cópia atualizada da Convenção Coletiva da categoria seguida pela **CONTRATADA**, sempre que houver dissídio coletivo, ou quaisquer outras alterações, sujeitando-se a **CONTRATADA**, quando do não cumprimento dessa obrigação, às penalidades previstas na cláusula nona deste instrumento contratual.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 3.1.10** Arcar com todos os encargos sociais, previdenciários, fiscais, comerciais, trabalhistas e, também, com aquilo que for estabelecido em Acordos ou Convenções Coletivas de Trabalho das categorias de seus trabalhadores, bem como fornecer **vales transporte e vales refeição**, sendo que, eventual inadimplência de qualquer uma destas exigências, de nenhuma forma implicará ônus e nem transferência de responsabilidade para a **CONTRATANTE**.
- 3.1.11** Responsabilizar-se às suas despesas pelo fornecimento de Equipamentos de Proteção Individual, se o caso, conforme normas e regulamentos específicos de medicina e segurança do trabalho.
- 3.1.12** Compete ainda à **CONTRATADA** fazer com que as eventuais faltas dos funcionários designados para prestar serviços à **CONTRATANTE** sejam sempre cobertas por funcionários de idêntica função em relação aos faltantes, com idêntico piso salarial, devendo providenciar, no prazo máximo de 02 (duas) horas, a substituição de todos os funcionários que faltarem ao expediente do dia, sob pena de aplicação de multa.
- 3.1.13** Os atrasos e as saídas antecipadas de cada funcionário em um dia de trabalho serão computados em horas e poderão ser compensados em dia posterior no mesmo mês, a critério da **CONTRATANTE**, mediante apresentação de acordo escrito firmado entre a **CONTRATADA** e seu funcionário, nos termos da lei.
- 3.1.13.1** A não compensação das horas até o limite de 08 (oito) ou a transposição desse limite ensejará a aplicação da glosa do respectivo valor.
- 3.1.14** Compete também à **CONTRATADA** comprometer-se com a prática do “Trabalho Decente”, assim considerado o trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, sem quaisquer formas de discriminação e capaz de garantir uma vida digna a todas as pessoas que vivem de seu trabalho, em consonância com os princípios constitucionais e com estabelecido pela Organização Internacional do Trabalho na Convenção 151 e na Recomendação 159, bem como o estabelecido pelas normas trabalhistas brasileiras.
- 3.2** A **CONTRATADA** deverá observar que:
- 3.2.1** Nenhum benefício concedido, bem como a remuneração dos empregados indicada na proposta inicial, poderá ser reduzido, suprimido ou retirado pela **CONTRATADA**, salvo alteração promovida **por negociação coletiva de trabalho** na respectiva Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo da Categoria.
- 3.2.2** A simples alteração da base sindical promovida, unilateralmente ou não, pela **CONTRATADA** não enseja a redução ou supressão de benefícios ou da remuneração já incorporados nos contratos de trabalhos dos empregados da **CONTRATADA**.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 3.2.3** Nenhum dos trabalhadores da **CONTRATADA**, designados para executar qualquer dos serviços objeto deste contrato, poderá alegar vínculo empregatício com a **CONTRATANTE**.
- 3.2.4** Caso a sede da **CONTRATADA** seja localizada fora do Município de São Paulo, a empresa deverá comprovar, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a partir da assinatura do Termo de Contrato, junto ao Gestor, que possui filial ou escritório de representação no município de São Paulo ou na Grande São Paulo, com indicação de seu endereço e representante legal, sob pena de aplicação de penalidade.
- 3.2.5** Todos os empregados vinculados ao contrato recebam seus pagamentos em agência bancária localizada no Município ou na região metropolitana onde serão prestados os serviços.
- 3.2.6** Deverá viabilizar a emissão do cartão cidadão pela Caixa Econômica Federal para todos os empregados.
- 3.2.7** Deverá oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para que obtenham os extratos dos recolhimentos de suas contribuições previdenciárias ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e dos seus depósitos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.
- 3.3** Compete à **CONTRATANTE**, além das obrigações constantes no **Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do edital:
- 3.3.1** Emitir Ordem de Início de Serviço;
- 3.3.2** Garantir o acesso dos funcionários da **CONTRATADA** às dependências da **CONTRATANTE** quando necessárias à execução dos serviços.
- 3.3.3** Fiscalizar e acompanhar a execução deste termo de contrato;
- 3.3.4** Notificar a **CONTRATADA** quando detectadas irregularidades na execução do objeto;
- 3.3.5** Receber o objeto, desde que esteja em conformidade com as especificações do edital;
- 3.3.6** Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela **CONTRATADA**;
- 3.3.7** Efetuar o pagamento, conforme disposto neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 4.1** Dá-se ao presente termo o valor total mensal de R\$ _____ (_____) e valor total anual de R\$ _____ (_____), conforme detalhamento abaixo:



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Código Compras.gov: 2771				
FUNÇÃO	QTDE	Valor Unitário Mensal*	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
Encarregado Mecânico de Refrigeração e Climatização	01			(A)
Mecânico de Refrigeração e Climatização	03			(B)
Auxiliar Mecânico de Refrigeração e Climatização	03			(C)
*Deverá ser observada a qualificação salarial disposta no subitem 4.3.1				
Valor Total Anual da Mão de Obra: (D) = [(A)+(B)+(C)]				(D)
Valor estimado dos serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar, conforme <u>Anexo Único</u> do Termo de Referência. (obs.: valor deve ser LIMITADO A ATÉ 10% do valor total anual da mão de obra): $(E) \leq (D) \times 10\%$				(E)
Valor estimado para fornecimento de peças de reposição				R\$ 50.000,00 (F)
VALOR TOTAL DA PROPOSTA (VALOR ANUAL GLOBAL ESTIMADO) <u>OBS.: VALOR A SER LANÇADO NO SISTEMA COMPRAS.GOV</u>			$= (D) + (E) + (F)$	

4.2 Qualquer irregularidade na prestação dos serviços, como falta, atraso ou saída antecipada será devidamente descontada no pagamento imediatamente seguinte à sua ocorrência, com base no valor da hora por posto de trabalho, sem prejuízo da aplicação de multa e demais penalidades contratuais.

4.3 As despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato onerarão as seguintes dotações orçamentárias despesas decorrentes da execução do objeto do presente contrato onerarão a(s) dotação(ões) orçamentária(s) nº(s)) **09.10.01.122.4001.2.100.3.3.90.37.00 – Locação de Mão-de-Obra** e serão suportadas pela(s) Nota(s) de Empenho correspondente(s) emitida(s) pela autoridade competente. Para o exercício de 2027, as despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da mesma verba, e serão incluídas no orçamento do referido exercício.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

- 5.1 A fiscalização da execução do contrato ficará a cargo da **CONTRATANTE**, através da Supervisão da **Equipe de Zeladoria – SGA.33**, ou servidor(es) por ela designado(s), a fim de que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas neste Contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

CLÁUSULA SEXTA – DA MEDIÇÃO E DO PAGAMENTO

- 6.1 O pagamento será efetuado **mensalmente**, em conta corrente indicada pela **CONTRATADA**, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do ateste pela Supervisão competente, mediante requerimento protocolado junto à SGA.6 - Unidade Administrativa de Protocolo, localizada no Viaduto Jacareí, nº 100, 1º subsolo, Bela Vista, nesta Capital, dirigido ao Sr. Secretário Geral Administrativo e aos cuidados do **Senhor Supervisor da Equipe de Zeladoria – SGA.33**, acompanhado da(s) nota(s) fiscal(is) ou documento(s) hábil(eis), de acordo com a legislação vigente.
- 6.1.1 O pagamento efetuado com atraso por culpa exclusiva do **CONTRATANTE**, terá o valor do principal reajustado pelo índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “*pro-rata tempore*”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorrer nos termos do Ato da Câmara Municipal de São Paulo nº 1401, publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, de 10 de maio de 2018.
- 6.2 O primeiro pagamento será efetuado “*pro rata die*”, a contar do início da prestação dos serviços.
- 6.3 A **CONTRATANTE** descontará do valor devido das retenções previstas na legislação tributária e previdenciária vigente à época do pagamento.
- 6.4 Em cumprimento ao disposto no artigo 31 da Lei Federal nº 8.212/91 e suas alterações, e artigo 17 da Ordem de Serviço nº 209, de 20/05/99, do Instituto Nacional do Seguro Social, será efetuado o desconto referente a contribuição previdenciária, sobre o valor bruto da nota fiscal.
- 6.5 A cada pagamento a **CONTRATADA** deverá apresentar os seguintes documentos, se vencidos:
- 6.5.1 Certidão conjunta expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, relativa aos tributos por ela administrados e Pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, quanto à dívida da União; Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT); Certificado de Regularidade do FGTS – (CRF); Certidão Unificada por CPF/CNPJ Raiz e documento de consulta ao Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, em obediência ao disposto no inciso II do artigo 3º da Lei Municipal nº 14.094/05.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

6.5.2 Cópias da folha de pagamento e documentos hábeis a comprovar os pagamentos das obrigações trabalhistas, como salários, férias, 13º salário e verbas rescisórias.

6.5.2.1 Para efeito do subitem **6.5.2**, sempre que os pagamentos das obrigações trabalhistas forem quitados por meio de crédito em conta bancária, deverá ser apresentada cópia do documento protocolado pela Instituição Bancária, de modo a comprovar que o crédito foi efetivado na conta do empregado.

6.5.3 Documento hábil que comprove os benefícios estabelecidos na Convenção/Dissídio Coletivo vigente, informada pela **CONTRATADA**, e/ou estipulados por lei, bem como Vale Transporte e Vale Refeição.

6.5.4 Cópia das guias de recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento, como INSS e do FGTS, relacionados aos trabalhadores envolvidos na prestação de serviços, objeto deste Contrato.

6.5.5 Controle de frequência dos seus trabalhadores, dirigido à Fiscalização, conforme o caso.

6.6 As multas decorrentes de descumprimento contratual serão descontadas do crédito da **CONTRATADA**, relativo aos serviços prestados no período subsequente ao da ocorrência se outra forma de ressarcimento não for definida pela **CONTRATANTE**.

6.7 No término do contrato o pagamento será efetuado somente após a verificação de pendências.

6.8 Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições estabelecidas neste item em face da superveniência de normas federais, estaduais ou municipais que regulem a matéria de maneira diversa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

7.1 A vigência do contrato terá como termo inicial a data de sua assinatura, e terá duração de 01(um) ano, prorrogável por idêntico ou inferior período, limitada a 10 (dez) anos, a critério da **CONTRATANTE**, de acordo com a legislação em vigor.

7.1.1 À **CONTRATANTE** é assegurado, visando ao interesse público, o direito de exigir que a **CONTRATADA**, em qualquer hipótese de rescisão ou não prorrogação do ajuste continue a prestação dos serviços nas mesmas condições ajustadas, durante um período de até 90 (noventa) dias, a fim de evitar brusca interrupção, independente da subscrição de termo aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE

8.1 O valor contratado poderá ser repactuado, mediante negociação, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano.

8.2 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir da data do acordo, convenção, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente vigente à época da apresentação da proposta.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- 8.2.1** Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com databases diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantos quantos forem os Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho das categorias envolvidas na contratação.
- 8.2.2** A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos decorrentes de majoração da tarifa de transporte público.
- 8.3** Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação.
- 8.4** Por ocasião da repactuação, poderão ser contemplados todos os componentes de custo da proposta que tenham sofrido variação, desde que haja uma demonstração analítica devidamente justificada e comprovada.
- 8.5** A solicitação de repactuação dependerá exclusivamente de iniciativa da **CONTRATADA**, devendo ser apresentada à **CONTRATANTE**, preferencialmente em até 30 (trinta) dias da ocorrência do fato gerador da variação dos componentes de custos.
- 8.6** As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.
- 8.7** As repactuações serão precedidas de solicitação da **CONTRATADA**, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.
- 8.8** É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.
- 8.9** A variação de custos decorrente do mercado somente será concedida mediante a comprovação pela **CONTRATADA** do aumento dos custos, considerando-se:
- 8.9.1** as particularidades do contrato em vigência;
 - 8.9.2** a nova planilha com variação dos custos apresentada;
 - 8.9.3** indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e
 - 8.9.4** a disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade **CONTRATANTE**.
- 8.10** As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que poderão ser formalizadas por aditamento.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

8.11 A **CONTRATANTE** poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise.

8.11.1 O pagamento retroativo do período ficará suspenso enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela **CONTRATANTE** para a comprovação da variação dos custos.

8.12 Na hipótese do item anterior, o período que a proposta permaneceu sob análise da **CONTRATANTE** será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

8.13 A **CONTRATANTE** decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 3 (três) meses, contados da data do fornecimento, pela **CONTRATADA**, da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

8.14 O prazo referido no item anterior ficará suspenso enquanto a **CONTRATADA** não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela **CONTRATANTE** para a comprovação da variação dos custos.

8.15 Decorrido 01 (um) ano de vigência do ajuste e na hipótese de sua prorrogação, os valores dos insumos incidentes no contrato poderão ser reajustados pelo IPC-FIPE, nos termos do Ato CMSP nº 1385/2017, desde que precedidas de solicitação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA - DA GARANTIA CONTRATUAL

9.1 A **CONTRATADA** deverá recolher a garantia da execução contratual no importe de 5% (cinco por cento) do valor total a ser contratado, em uma das modalidades prevista no § 1º, do artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, no prazo de até 10 (dez) dias úteis a partir da data de convocação para assinatura do Termo de Contrato, com exceção do seguro-garantia, conforme o disposto no subitem **9.2**.

9.1.1 Caso o valor do Contrato seja alterado, nas hipóteses previstas na Lei, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato.

9.2 Se a opção de garantia for pelo seguro-garantia, a apólice deverá indicar a **CONTRATANTE** como beneficiária, e deverá ser prestada no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, nos termos do § 3º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3 Se a opção for pela fiança bancária, esta deverá:

- I. Conter expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento a **CONTRATANTE**, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

- II. Conter renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos arts. 827 e 838 do Código Civil Brasileiro;
- III. Ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

9.4 Se a opção for caução em dinheiro ou título da dívida pública, este deverá:

- I. Ter sido emitido sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil;
- II. Ser avaliado por seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Economia.

9.5 Não serão aceitos seguro-garantia ou fiança bancária que contenham cláusulas contrárias aos interesses da **CONTRATANTE**.

9.6 A garantia terá validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.1 O descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas importará na aplicação das seguintes penalidades:

10.1.1 Multa diária de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de atraso no início da prestação dos serviços, conforme o prazo previsto no item **2.2** da Cláusula Segunda deste instrumento, limitado ao máximo de 10 (dez) dias, findo o qual poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos **subitens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6 e/ou 10.1.7**.

10.1.2 Multas conforme graus e condutas dispostas nas tabelas 1 e 2 abaixo, durante a vigência do presente Termo de Contrato:

TABELA 1	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% do valor mensal do contrato
2	0,4% do valor mensal do contrato
3	0,8% do valor mensal do contrato
4	1,5% do valor mensal do contrato

TABELA 2			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
01	Deixar de iniciar, suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	4	Por dia, limitado a 10 (dez) dias.
02	Deixar de atender o disposto no item 3.9 do Anexo I (Termo de Referência)	3	Por dia, limitado a 10 (dez) dias
03	Deixar de apresentar a comprovação	4	Por dia de atraso,



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

	prevista no subitem 4.2.3.2.1 do Anexo I (Termo de Referência)		limitado a 05 (cinco) dias.
04	Deixar de atender o disposto no subitem 4.3.4 do Anexo I (Termo de Referência)	4	Por ocorrência.
05	Deixar de cumprir o previsto no subitem 4.4.2 do Anexo I (Termo de Referência)	2	Por não atendimento
06	Deixar de cumprir o previsto no subitem 4.4.5 do Anexo I (Termo de Referência)	1	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
07	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 4.5.1, 4.5.2 e 5.5.1 do Anexo I (Termo de Referência)	2	Por ocorrência
08	Deixar de cumprir o previsto no subitem 5.4.1 do Anexo I (Termo de Referência)	3	Por ocorrência
09	Deixar de cumprir o previsto no subitem 5.4.4.2 do Anexo I (Termo de Referência)	2	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
10	Deixar de cumprir o previsto no subitem 5.4.5 do Anexo I (Termo de Referência)	2	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
11	Deixar de atender o previsto no subitem 5.6.2 do Anexo I (Termo de Referência)	2	Por não atendimento
12	Deixar de atender o previsto nos subitens 5.6.3, 5.6.4, 5.6.5, 5.6.6, 5.6.6.1 e 5.6.5.2 do Anexo I (Termo de Referência)	2	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
13	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 5.6.7 e 5.6.8 do Anexo I (Termo de Referência)	2	Por não atendimento
14	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 5.7.1 e 5.7.2 do Anexo I (Termo de Referência)	3	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
15	Deixar de cumprir o previsto nos subitens 5.7.4, 5.7.4.2 e 5.7.5 do Anexo I (Termo de Referência)	1	Por ocorrência e por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
16	Deixar de cumprir o previsto no subitem 5.7.11 do Anexo I (Termo de Referência)	2	Por dia de atraso, limitado a 10 (dez) dias
17	Deixar de atender o disposto no subitem 5.7.17 do Anexo I (Termo de Referência)	3	Por não atendimento
18	Deixar de atender o disposto no subitem 5.7.16 do Anexo I (Termo de Referência)	3	Por dia e ocorrência
19	Deixar de atender o disposto no subitem 5.7.21 do Anexo I (Termo de Referência)	3	Por funcionário e dia
20	Deixar de atender o disposto no subitem 5.7.22 do Anexo I (Termo de Referência)	1	Por ocorrência
21	Deixar de atender ao disposto no subitem 5.7.23 do Anexo I (Termo de Referência)	3	Por não atendimento
22	Deixar de atender ao disposto nos subitens 5.7.24 e 5.7.25 do Anexo I (Termo de Referência)	3	Por ocorrência
23	Deixar de regularizar a documentação prevista no subitem 5.10.2 do Anexo I (Termo de Referência), no prazo indicado na notificação	1	Por dia.
24	Deixar de cumprir os prazos previstos nos	2	Por dia, limitado a 10



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

	subitens 9.2.1 e 9.2.2 do Anexo Único do Anexo I (Termo de Referência)		(dez) dias
--	--	--	------------

10.1.2.1 A partir da 3ª (terceira) reincidência no mesmo item referente à **Tabela 2**, à multa prevista na **Tabela 1**, a Unidade Gestora poderá acrescer 50% (cinquenta por cento).

10.1.2.2 A Unidade Gestora poderá, a critério e desde que conveniente à **CONTRATANTE**, reduzir pela metade o valor da multa, em caso de primeira infração contratual praticada pela **CONTRATADA**.

10.1.3 Multa cominatória de 5%(cinco por cento) sobre o valor total da garantia a ser prestada, em caso de descumprimento dos prazos previstos nos itens **9.1**, **9.1.1** e **9.2** deste Contrato, por culpa da **CONTRATADA**, limitado o atraso a 10 (dez) dias úteis.

10.1.4 Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução parcial do ajuste ou outra irregularidade havida no cumprimento do avençado, por culpa da **CONTRATADA**.

10.1.4.1 A inexecução parcial do Contrato poderá ser configurada, a critério da Unidade Gestora, entre outras, na ocorrência de pelo menos uma das seguintes situações:

GRAU	QUANTIDADE DE INFRAÇÕES
1	05 ou mais
2	05 ou mais
3	05 ou mais
4	03 ou mais

10.1.5 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de sua inexecução total.

10.1.6 Impedimento de licitar e contratar com qualquer órgão ou entidade da Administração direta e indireta do Município de São Paulo pelo prazo de até 03 (três) anos, desde que configurada a gravidade da(s) infração(ões).

10.1.7 Declaração de inidoneidade, de competência exclusiva da Mesa da **CONTRATANTE**, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

10.2 As multas previstas nestas cláusulas e demais sanções legais são independentes.

10.2.1 No caso de reincidência da(s) conduta(s) prevista(s) no(s) subitem(s) **10.1.2**, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos subitens **10.1.4**, **10.1.5**, **10.1.6** e/ou **10.1.7**.

10.3 As multas terão seus valores apurados na data da infração.

- 10.4** Para fins de atualização monetária das bases de cálculos que servirão para aplicação das penalidades será utilizado o índice IPC/FIPE.
- 10.5** Os valores referentes a eventuais multas aplicadas serão deduzidos do crédito a ser recebido pela **CONTRATADA**.
- 10.6** A aplicação das sanções previstas nos itens **10.1.6** e **10.1.7** deste termo de contrato requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará a **CONTRATADA** para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 10.6.1** Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, a **CONTRATADA** poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.
- 10.6.2** Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.
- 10.7** Os atos previstos como infrações administrativas que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos.
- 10.8** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - ANTICORRUPÇÃO

- 11.1** Para execução deste ajuste, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste ajuste, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

- 12.1** Os elementos do ajuste serão integrados nas bases de dados a serem disponibilizadas por meio do Programa de Dados Abertos do Parlamento, em atenção ao princípio da publicidade e à cultura da transparência na gestão pública, nos termos do Ato da Mesa nº 1156/11, que dispõe sobre a implementação do Programa de Dados Abertos do Parlamento no âmbito da **CONTRATANTE**.
- 12.2** Todas as comunicações, notificações, avisos ou pedidos à **CONTRATADA**, sempre por escrito, concernentes ao cumprimento do presente termo de contrato, serão dirigidos ao(s) seguinte(s) endereço(s) eletrônico(s) (e-mail): _____
- 12.3** Fica eleito o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir toda e qualquer dúvida oriunda deste contrato.

E por estarem as partes de pleno e comum acordo, firmam o presente instrumento lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

São Paulo, de de 2026.

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

RICARDO TEIXEIRA
Presidente

JOÃO JORGE
1º Vice-Presidente

ISAC FÉLIX
2º Vice-Presidente

SENIVAL MOURA
1º Secretário

GABRIEL ABREU
2º Secretário

CONTRATADA:

VISTO:

Persio Tadao Soli
Secretário Geral Administrativo - CMSP



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

ANEXO ÚNICO DO TERMO DE CONTRATO

**MODELO DE TERMO DE COMPROMISSO DE DESENQUADRAMENTO DO SIMPLES
NACIONAL**

A EMPRESA _____, com sede no _____, nº _____, cidade _____, inscrita no C.N.P.J. sob nº _____, neste ato representada por _____ compromete-se a se desenquadrar do regime tributário estabelecido pela Lei Complementar nº 123/06 e suas modificações posteriores, conforme preconizado na Resolução CGSN nº 140/2018 da Receita Federal do Brasil.

São Paulo, ____ de _____ de 2026.

Representante Legal



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

ANEXO IV - MODELO DE PLANILHA DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2026/00184

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de **serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e insumos, e serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas**, parte integrante do Edital.

Apuração da capacidade Econômico-Financeira:

ÍNDICES	RESULTADOS
1 - LIQUIDEZ GERAL (LG) Ativo Circulante+Realizável a longo prazo ----- Passivo Circulante+Exigível a longo prazo	 ----- > ou = 1
2 – SOLVÊNCIA GERAL (SG) Ativo Total ----- Passivo Circulante+Exigível a longo prazo	 ----- > ou = 1
3 – LIQUIDEZ CORRENTE (LC) Ativo Circulante ----- Passivo Circulante	 ----- > ou = 1

Assinatura do Responsável
Nome Legível



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

ANEXO V - MODELO DE ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2026

PROCESSO CMSP-PAD-2026/00184

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO

OBJETO: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos de ar condicionado, com dedicação exclusiva de mão de obra, incluindo o fornecimento de peças e insumos, e serviços por demanda de higienização e limpeza da rede de dutos com análise microbiológica do ar, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência - Especificações Técnicas, parte integrante do Edital.

Fica a Pessoa Jurídica, _____,
CNPJ nº _____, convocada para, a partir do dia ____ de
_____2026, dar início aos serviços objeto do Termo de Contrato nº _____.

São Paulo, de de 2026.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO